

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PEDRO GABRIEL SILVA E SILVA

O NACIONALISMO IDENTITÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SUL-COREANA DOS ANOS 1953 A 2016

Sant'Ana do Livramento

2023

PEDRO GABRIEL SILVA E SILVA

O NACIONALISMO IDENTITÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SUL-COREANA DOS ANOS 1953 A 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais, turno integral, da Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Carletti.

Santana do Livramento

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S586n Silva, Pedro Gabriel Silva e

O nacionalismo identitário: a construção da sociedade
sul-coreana dos anos 1953 a 2016 / Pedro Gabriel Silva e
Silva.

91 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
2023.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Identidade nacional. 2. República da Coreia. 3.
Construtivismo. I. Título.

PEDRO GABRIEL SILVA E SILVA

O Nacionalismo Identitário: a construção da sociedade sul-coreana dos anos 1953 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Fundação Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05/12/2023

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Anna Carletti

Orientadora

UNIPAMPA

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Nathaly Silva Xavier Schutz

UNIPAMPA

Trabalho dedicado a Maria Aparecida e Cláudio Osmar: os meus melhores amigos, meu porto seguro e o motivo pelo qual eu cheguei até aqui.

Agradecimentos

As primeiras pessoas a quem devo agradecer são, com certeza, meus pais: Cláudio e Cida por todo o apoio que me deram até eu conseguir chegar aqui. Sem vocês, eu não teria alcançado metade do que alcancei e não seria nem uma pontinha do que sou hoje. Vocês foram a maior fonte de apoio que eu encontrei e sempre estiveram aqui, disponíveis para mim mesmo com toda a distância nos separando. Nem mesmo esses 3.315km foram suficientes para que vocês desistissem de mim ou que qualquer apoio faltasse, eu amo vocês imensamente e agradeço todos os dias por ter pais tão maravilhosos quanto vocês dois.

Os próximos agradecimentos vão para o maior apoio presencial que eu tive aqui em Livramento: Paola Sinhoreli. Muito obrigado por todas as conversas – sérias ou não – todos os passeios, as horas que sentamos juntos para estudar ou só para ficar à toa mesmo. Obrigado, mesmo, sem você eu tenho certeza de que meus dias aqui não teriam sido tão bons quanto foram. Não tenho palavras para descrever como sua amizade é importante para mim.

À Bruna, Laís e Mayanne, carinhosamente apelidadas de Amigas de AAAAA, por todo o apoio à distância e por terem feito parte dessa trajetória seja aconselhando sobre não desistir ou sobre acreditar mais em mim do que eu mesmo, mas, principalmente, por toda a distração dos momentos mais pesados e por termos podido fazer nossas chamadas (sempre que possível), pois elas sempre foram um conforto gigantesco.

À Mariana Murta que teve bastante paciência principalmente nessa reta final. Obrigado pelas chamadas, pelas fofocas, pelos comentários sobre RPG (pelas tentativas de montar RPGs também). Sua amizade é muito importante para mim e agradeço principalmente por todo apoio apesar da distância e das dificuldades. Aos Warianos por todos os momentos em que nos divertimos e compartilhamos nossas inseguranças na transição da adolescência para a vida adulta. Foi muito prazeroso crescer com vocês e ver como a gente evoluiu durante todo esse tempo juntos. E à Gabrielly por todos os momentos que passamos em Rolim de Moura, nossas conversas e o apoio mesmo de longe.

Agradeço aos amigos feitos em Livramento por todos os momentos que podemos esquecer minimamente da faculdade e lembrar que existia vida fora dos livros, pois isso também faz parte do processo. Em especial, agradeço à Irina Martinez, que esteve junto comigo em muitos projetos, trabalhos, momentos de estresse e todas as adversidades possíveis que conseguimos superar. Um agradecimento especial para os 8 queridos que moraram comigo na casa 83 (carinhosamente apelidada de “Dina”) principalmente por podermos ter dividido um tempo bastante proveitoso seja nas conversas banais, seja nas conversas sérias em que expusemos nossos problemas e nos ajudamos.

Agradeço à minha orientadora, prof.^a Anna Carletti, por ter acreditado no meu potencial e me orientado até aqui – não só para o TCC, para a vida também. Obrigado pelos momentos de trocas no GEsIAO, no CEPRIR-Gen e na monitoria. Por todos os aconselhamentos, dicas e por ter me ajudado a alinhar minhas pesquisas e não querer abraçar o mundo com os braços, muito obrigado! O processo até aqui foi bem mais fácil pelo seu apoio.

Agradeço às conversas e orientações das professoras Kamilla Rizzi e Nathaly Schutz, seja na monitoria, seja na bolsa ou apenas com conselhos sobre possíveis mestrados e pelas aulas que, com certeza, me fizeram ter uma visão muito mais aperfeiçoada sobre outras áreas de conhecimento e aos demais docentes do curso de Relações Internacionais por sua contribuição para minha formação como pesquisador e como pessoal. Agradeço à Fernanda Ziani e Meiry Fiss que me orientaram durante o tempo em que estive como bolsista da DAINTER e por todas as dicas e conversas sobre lugares em Livramento.

Por fim, agradeço aos docentes do Instituto Federal de Rondônia e da Universidade Federal de Rondônia que foram minha primeira inspiração para querer seguir defendendo e pesquisando, em especial às professoras Cristina Sobreira, Dionéia Helbel, Adriana Pesovento e Cynthia Mota, que foi uma das professoras que mais me motivaram e me levaram a pensar criticamente, sem nunca deixar a diversão de lado. À Universidade Federal do Pampa por ter feito parte do meu processo enquanto ser humano e acadêmico e por ter oferecido as ferramentas necessárias para que as pesquisas pudessem ter sido conduzidas. Viva o ensino público federal!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal analisar como o colonialismo japonês influenciou no fortalecimento identitário sul-coreano. Para isso, a Teoria Construtivista nas Relações Internacionais foi utilizada como o principal suporte teórico a partir da construção de processos de identidade para que se compreenda como se criou a identidade sul-coreana. Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, primeiro, foi desenvolvido uma elaboração teórica dos conceitos Construtivistas, além de outros conceitos importantes, como nacionalismo e identidade. Em seguida, foi realizada uma construção referente à história coreana, estudando desde a história antiga da península até a instauração do regime japonês. A partir disso, o contexto do imperialismo foi aprofundado para que se entendesse os processos referentes à cultura e identidade deste período e, por fim, analisou-se a criação da identidade sul-coreana a partir da divisão da Coreia pós-Guerra da Coreia, que culmina na criação da República da Coreia. A teoria Construtivista foi utilizada em todos os períodos de análise, pois foi a partir dela que se compreendeu como a identidade estabelecia um certo padrão de comportamento para a sociedade coreana e, posteriormente, sul-coreana. A partir do método hipotético-dedutivo, a hipótese de que foi construída uma identidade sul-coreana foi validada e percebeu-se que a criação e a utilização desta identidade é um marco importante para as relações da República da Coreia, principalmente relacionada para as políticas de reaproximação com a República Popular Democrática da Coreia.

Palavras-chave: Construtivismo; Identidade nacional; República da Coreia; República Popular Democrática da Coreia.

ABSTRACT

This research has as main objective analyze how Japanese colonialism has influenced South Korean's identity strengthening. Thereunto, the Constructivist Theory in International Relations was utilized as the main theoretical support starting from the construction of identity processes to comprehend how South Korean identity was created. So that this research objectives were reached, firstly, it was developed a theoretical elaboration of Constructivist's concepts, therefore others important concepts as nationalism and identity. Following that, a construction referring to Korean history was carried out, studying since ancient history of the peninsula to the instauration of Japanese Rule. From that, context of Japanese imperialism was deepened so that the processes referring to culture and identity from this epoque was understandable and, finally, it was analyzed the creation of South Korean identity from Korean division post-War of Korea that culminates in the creation of Republic of Korea. Constructivist theory was utilized in every analyzed epoque because it was from its construction that the identity stablished an average behavioral for Korean, later South Korean, society was comprehended. From the hypothetical-deductive method, the hypothesis of a constructed South Korean identity was proved true e it was perceived that the creation and utilization of this identity is an important milestone to the relations of Republic of Korean, mainly those related to the politics of reapproximating to the Democratic People's Republic of Korea.

Keywords: Constructivism; Democratic People's Republic of Korea; National Identity; Republic of Korea.

LISTA DE SIGLAS

IGM – I Guerra Mundial

IIGM – II Guerra Mundial

LdN – Liga das Nações

ONU – Organização das Nações Unidas

RC – República da Coreia

RI – Relações Internacionais

RPDC – República Popular Democrática da Coreia

S.I – Sistema Internacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A TEORIA CONSTRUTIVISTA, ESTADO E IDENTIDADE NACIONAL ...	18
2.1 CONSTRUTIVISMO: CONCEITUALIZAÇÃO.....	18
2.2 A TEORIA CONSTRUTIVISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
2.3 O CONSTRUTIVISMO E A IDENTIDADE	24
3. A HISTÓRIA ANTIGA DA COREIA	29
3.1 GOJOSEON: O PRIMEIRO REINO COREANO.....	29
3.2 A RELAÇÃO DO IMPÉRIO HAN (202 A.C.-220 D.C.) E CHOSUN (CHAOXIAN)	32
3.3 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COREANA.....	38
3.4 O ESTABELECIMENTO DA COREIA MODERNA: A ERA JOSEON (1392-1897) .	45
4. A EXPANSÃO JAPONESA.....	49
4.1 O EXPANSIONISMO JAPONÊS E AS ÁREAS DE DOMINAÇÃO NA ÁSIA	49
4.2 O IMPERIALISMO JAPONÊS NA COREIA.....	54
4.3 A COREIA COLONIAL	56
5. A GUERRA DA COREIA E A SEPARAÇÃO DA PENÍNSULA.....	65
5.1 O SURGIMENTO DA REPÚBLICA DA COREIA E DA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA.....	65
5.2 OS ANOS INICIAIS DA REPÚBLICA DA COREIA.....	69
5.3 O IMAGINÁRIO COLETIVO SUL-COREANO	72
5.4 O IMPEACHMENT DE PARK GEUN-HYE E AS IMPLICAÇÕES PARA A RELAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1. INTRODUÇÃO

O estudo de Ásia Oriental, do continente asiático e suas relações no sistema internacional vem se destacando e crescendo na academia e isso gera novas discussões sobre a organização social de determinados povos e Estados. Com esse destaque crescente, os contextos históricos são igualmente importantes para que se compreenda, na contemporaneidade, como se dão essas relações e como elas vão ficando cada vez mais complexas conforme se desenvolvem.

Em se tratando da Ásia Oriental, considera-se importante definir o que se entende por esse termo. A definição de Holcombe (2016, p.11) parece-nos bastante esclarecedora pois “é mais útil definir a Ásia Oriental como a região do mundo que usou de maneira extensiva o sistema de escrita chinês e que absorveu por meio dessas palavras escritas muitas das ideias e valores do que chamamos Confucionismo, grande parte das estruturas de governo legal e política associada (tradução nossa)”¹. A região compreende a China, o Japão, a República da Coreia (Coreia do Sul) e a República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte), a história é representada por uma sequência de eventos que resultam na divisão da península coreana e o surgimento desses dois países.

Pode-se definir um dos marcadores temporais como 1910, em que o protetorado japonês transformou-se na anexação da península ao seu território com o Tratado de Anexação Japão-Coreia, que impõe fim ao Grande Império Coreano (대한제국, *Daehanjegyuk*; 1897-1910) e à Dinastia Joseon (대조선국, *Daejoseonguk* - Grande Reino de Joseon). A imposição do fim do Grande Império Coreano aparece com os elementos coreanos sendo gradualmente sendo substituídos por costumes japoneses, em que a cultura existente passou por processos de transformação e de exclusão.

Destarte, até mesmo repensar a sociedade coreana é relembrar dos aspectos históricos pré-Guerra da Coreia, em que o Japão dominou a península e a colonizou. É de se pensar que essa relação demonstra outras características,

¹ Texto original: “es más útil definir a Asia oriental como la región del mundo que usó de manera extensiva el sistema de escritura chino y que absorbió por medio de estas palabras escritas muchas de las ideas y los valores de lo que llamamos confucianismo, gran parte de la estructura de gobierno legal y política asociada”

pois é de se considerar que a sociedade e o Estado precisam se reconstituir para que seja deixada essa herança estritamente colonial. Entretanto, Lee (2013) também demonstra que a história, o crescimento econômico e a sociedade coreana não estão apenas ligadas à dominação japonesa.

Bobbio (1998, p. 181), define que “colonialismo indica a doutrina e a prática institucional e política da colonização” e a diferencia do termo colonização, que segundo ele “é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial”.

Dessa forma, “colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio” (BOBBIO, 1998, p. 181) e, portanto, se relaciona com a maneira com que o Império do Japão se expandiu e formou colônias na Ásia continental e no Sudeste Asiático porque é a partir dele que o Japão passa a implementar-se como superior aos demais países da Ásia Oriental.

Entretanto, a ideia da colonização é vista, no mundo ocidental, como negativa e positiva ao mesmo tempo ao se considerar modelos de organizações sociais distintos, principalmente num modo de pensar eurocêntrico. Autores como Haggard, Kang e Moon (1997, p. 867) trazem a colonização japonesa como uma forma de crescimento coreano, pois “não apenas o Imperialismo Japonês efetuou uma profunda transformação na economia coreana da época, como também contribuiu para o desenvolvimento a longo prazo da Coreia”² (tradução nossa). Portanto, pensar o período de dominação japonesa é também entender como um precursor de um Estado em crescimento e em quase status de desenvolvido a partir da década de 1990.

Para além disso, a partir da década de 2010, o K-Pop (*Korean pop*, em inglês) ganhou destaque mundial ao alcançar o mercado ocidental e, principalmente, os Estados Unidos. Esse alcance fez despertar um novo olhar para a Coreia do Sul, agora, em busca de entender como instrumentos culturais, a partir de música, programas televisivos, dramas para televisão e filmes haviam se tornado tão populares vindo de um país, até então, desconhecido. Ao realizar esse movimento de estudo voltado para a história do país, foi possível descobrir

² Texto original: “not only did Japanese imperialism effect a profound transformation of the Korean economy at the time, but it contributed to Korea’s long-term growth.”

narrativas antigas de uma sociedade que até recentemente não existia sob a denominação de Coreia do Sul.

Dessa forma, o estudo aprofundado revelava a dominação japonesa no início do século XX, mas anterior a isso, estava compreendida às áreas de influência chinesas. Elementos culturais foram sendo estabelecidos para que a ideia de uma nação livre fosse criada e, dessa maneira, sua população poderia se reconhecer dentro de uma lógica de nação outrora inexistente como os modelos ocidentais de Estado. Assim, a partir de uma pesquisa mais avançada percebe-se que a história da península coreana não é compreendida apenas pela divisão entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, nos anos 1950, mas, também, por uma guerra que dividiu a península após anos de colonização japonesa e séculos de história de trocas, principalmente de tecnologias e táticas militares, entre os japoneses e os coreanos (MITCHELL, 1967).

Essas relações de colonizador-colonizado em grande parte são observadas com um olhar ocidental, baseando-se nas potências europeias durante os séculos XVI e XX. Entretanto, o desenvolvimento da Coreia do Sul no pós-divisão esteve baseado na construção de uma identidade cultural e social a partir da retomada dos tempos antigos da unidade coreana. A identidade coreana foi largamente excluída durante a colonização japonesa (LEE, 2013) e, portanto, após a retomada da soberania coreana e o restabelecimento do governo essencialmente nativo tornou-se essencial que a herança japonesa fosse retirada e transformada em um passado a ser superado.

A ocupação da península coreana pelo Japão, a partir de 1910, obrigou os coreanos a adotarem uma nova cultura, nova organização social e, também, novo idioma a mando de seu colonizador. A ocupação, encerrada em 1945, alterou a vida dos cidadãos coreanos que, poucos anos depois, foram novamente palco de uma nova ocupação que culminaria na Guerra da Coreia (1950-1953).

A divisão da península coreana durante a Guerra Fria fez surgir duas nações completamente novas no sistema internacional, cada uma apoiada por um dos polos de poder, os Estados Unidos do lado capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, do lado socialista. Dessa forma, o estabelecimento da República da Coreia (RC - Coreia do Sul), em 1948 ao sul, e da República Popular Democrática da Coreia (RPDC - Coreia do Norte), no

mesmo ano, ao norte (MINISTÉRIO DA CULTURA, ESPORTES E TURISMO, s/d), tornou-se palco de uma guerra entre duas nações outrora unificadas, iniciada em 1950. Em 1953, após três anos do início do conflito, o armistício assinado pelas duas nações cessou fogo entre elas e tentativas de reunificação foram pensadas diversas vezes, mas sem sucesso.

A partir dessa divisão, pensou-se na necessidade de construção de um código de identidade cultural que fosse capaz de balizar o sentimento nacional sul-coreano e justificasse a permanência do sistema capitalista na porção sul da península, sem que houvesse um acordo direto entre os dois países coreanos. Dessa forma, a Coreia do Sul passou por diversos períodos em sua história que fazem referência ao período de dominação japonesa e o ressentimento deste acabou por se tornar uma maneira de manter aceso o sentimento nacional e identitário sul-coreano.

Diante do exposto, o recorte geográfico desta pesquisa é a península coreana, com foco na República da Coreia (Coreia do Sul), entre os anos de 1953, marco do fim da Guerra da Coreia e 2016, ano que marca o *impeachment* da ex-presidenta Park Geun-hye. Para isso, delimitaram-se os atores envolvidos entre a península coreana e a República da Coreia, na divisão pós-armistício, o Estado do Japão, formado pela constituição de 1947 e o Império do Japão e o seu expansionismo pela Ásia.

O estudo da Coreia do Sul não é muito amplo na academia brasileira, o que dificulta o acesso a materiais referentes ao país. Por conseguinte, essa falta de materiais refreia o aprofundamento na área, pois acaba por não despertar o interesse dos pesquisadores. Além disso, o estudo da consciência nacional torna-se importante ao se considerar elementos de ascensão internacional por intermédio da cultura midiática a partir, por exemplo, dos discursos do grupo BTS na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018.

O crescimento das mídias coreanas tem despertado o interesse de grupos consumidores no Brasil, mas sem um aprofundamento na história da península coreana, o que acaba resultando em posicionamentos rasos que não levam em consideração o contexto de criação da Coreia do Sul e nem a separação da península, dessa forma, torna-se necessário o estudo da formação do ideal sul-coreano identitário para que seja possível entender a ascensão internacional do consumo da cultura sul-coreana.

A partir disso, surge o problema de pesquisa, qual seja: quais foram os impactos da colonização japonesa no fortalecimento do nacionalismo identitário sul-coreano? Pressupõe-se que foi necessário criar um sentimento de identidade sul-coreano que pudesse explicar a criação de um novo Estado e a existência desta nação, pois a história da península coreana vinha sendo marcada por políticas expansionistas de outros Estados, o que resultava em sua dominação e em sistemas exploratórios e coloniais, em especial a japonesa, para a população coreana. Desse modo, a existência da Coreia do Sul pode ser considerada embasada na criação de um sentimento de identificação nacional que fosse compartilhado por seus habitantes enquanto sul-coreanos.

O objetivo geral desse trabalho é, portanto, analisar os impactos da colonização japonesa no fortalecimento do nacionalismo identitário sul-coreano e para que se chegue a ele, tem-se por objetivos específicos 1) definir os conceitos teóricos construtivistas utilizados e o enquadramento para as Relações Internacionais; 2) estudar o surgimento e as características da identidade coreana antes de 1910; 3) Investigar o contexto do imperialismo japonês na península coreana; e 4) Analisar a criação da identidade sul-coreana a partir da separação pós-guerra da Coreia.

Esta pesquisa foi desenvolvida doravante levantamento bibliográfico acerca do histórico da península coreana a partir da colonização japonesa partindo da teoria construtivista como suporte teórico, seguindo o método histórico para a realização do estudo do contexto de formação da península e da posterior separação. Deste modo, os objetivos de pesquisa apresentam caráter exploratório por meio de leituras em fontes bibliográficas, quais sejam: livros, artigos acadêmicos e materiais científicos de caráter explanatório que sejam sobre o assunto a partir dos escritos de Gil (2002). A elaboração da pesquisa se deu a partir do método hipotético-dedutivo para a análise da hipótese em que será validada ou não de que houve a necessidade de se construir uma identidade nacional que pudesse garantir a legitimidade de uma divisão na península coreana e a construção de dois Estados independentes.

A inserção sul-coreana no sistema internacional é um movimento bastante peculiar e interessante quando pensado no rápido crescimento que a República da Coreia apresentou pós-década de 1960. Desta maneira, estudar a criação de uma identidade para representar esse país torna-se importante para que se

entenda os processos que envolvem as escaladas ou declínio de tensões na península, além de todo o movimento geopolítico que isso causa ao envolver outros Estados, como os Estados Unidos, Rússia e China.

Assim, os processos que envolvem a criação e a difusão dessa característica que mantém o Estado como nação são um espelho de como pode-se compreender as interações da República da Coreia com outros países, pois este país acaba se destacando ao ter um certo protagonismo referente à própria península ou como um papel de liderança na Ásia.

Esses elementos interagem na escolha do tema baseado na invasão japonesa na península coreana no início do século XX e como sua dominação acabou por gerar o apagamento da sociedade coreana. Já no pós-armistício, como a divisão territorial da região influenciou nos países recém-formados e na sua construção de identidades baseado na ocidentalização (sistema capitalista) para o território do Sul. Isso se dará utilizando-se da teoria construtivista como aporte teórico para o estudo da relação estado-nação-população.

2. A TEORIA CONSTRUTIVISTA, ESTADO E IDENTIDADE NACIONAL

O campo multidisciplinar das relações internacionais traz para as análises de cenários, discursos, conflitos e identidades nacionais uma variedade ampla de teorias e conceitos que podem ser utilizados para que se compreenda o jogo internacional e as relações Estados x Estados e Estados x Organismos a partir dos níveis de interesse e de como essas relações acontecem. Entretanto, por mais amplos que sejam os modelos de compreensão e entendimento desta área de estudo, ainda assim, há uma prevalência de teorias clássicas, aqui baseada nas escolas Realista e Liberal.

A teoria Construtivista, então, corrobora para um contraponto mais específico, pois é a partir dela que os interesses internos dos países e as suas relações externas acabam sendo baseadas, pautando-se na construção de uma identidade. Ressalta-se que não é conflitante com a centralidade do Estado, mas não reduz suas interações apenas pelo comportamento estatal, mas também por como os indivíduos que compõe um determinado Estado veem a si mesmos e sua própria identidade.

Diante disto, este capítulo tem como objetivo conceitualizar a teoria construtivista e visualizar como ela se aplica às relações internacionais, relacionar os conceitos de identidade e de nacionalismo com a própria teoria, além da aplicação à construção da identidade sul-coreana. Para isso, ele será dividido em duas partes: a conceitualização do construtivismo e a aplicação da teoria nas Relações Internacionais.

2.1 Construtivismo: conceitualização

O conceito de construtivismo foi utilizado na década de 1980 em meio à Guerra Fria, por Nicolas Onuf que se autointitulava construtivista, incentivando um novo debate para o campo das RI (CAMPOS, 2023), como uma alternativa às teorias positivistas e pós-positivistas, ou seja, um meio termo, um escape ao binarismo enfrentado pelas Relações Internacionais (CARVALHO, 2016). Adler (1999), dessa forma, atribui ao construtivismo um caráter mais voltado para o que os agentes tomem como decisão racional, influencia na vida coletiva dos indivíduos de um determinado assunto.

Não que necessariamente o construtivismo se coloque na posição de intermediário, mas a ele foi atribuído esse lugar. Busca, de certo modo, alinhar poder e consciência como uma forma de se fazer compreender os objetos de estudos e disso derivam os interesses.

Já faz algum tempo, inclusive nas contribuições de muitos estudiosos do mainstream, que esse debate busca evitar cair nos extremos do empirismo e do idealismo, do individualismo e do holismo, ou do absolutismo e do relativismo. Assim, o construtivismo não promoveu uma busca deliberada pela via média nos debates teóricos, mas apenas foi autorizado a se tornar ocupante legítimo dessa lacuna (GUZZINI, URT, 2013, p. 378).

Adler (1999), dessa forma, atribui ao construtivismo um caráter mais voltado para o que os agentes decidam como racional e de que modo isso influencia na vida dos indivíduos sobre um determinado assunto. Dessa maneira, o construtivismo acaba sendo muito relacionado às identidades, como mencionado por Wendt (1992, p. 144) “as identidades e os interesses são constituídos pelos significados coletivos que estão sempre no processo”. Esse processo varia e em alguma medida deriva das tomadas de decisões que são adotadas em nível estatal, mas que não são realidades isoladas do Estado. Isso quer dizer que os indivíduos e a própria identidade do Estado em grau de tomadores de decisões são influenciados pela cultura e pelos hábitos derivados dela.

Sendo assim, Adler (1999, p. 205) descreve que o “construtivismo é a perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”. Mesmo que não pareça ser relacionado, a sociedade é quem faz as pessoas e as pessoas fazem a sociedade a partir do que se defende o construtivismo (KUBÁLKOVÁ; ONUF; KOWERT, 1998).

O que também distingue o mundo social do mundo natural, é que a opinião que se tem sobre as pessoas e suas ações pode fazer uma grande diferença para elas. Por exemplo, ser identificado como representante de um estado oportunista influencia suas opções em negociações futuras. Além disso, os seres humanos – diferentemente dos fenômenos naturais – podem reflexivamente se tornar conscientes de tais atribuições e assim influenciar suas ações e interações com elas. (GUZZINI; URT, 2013, p. 380).

Dessa forma, torna-se explícito que a identificação cultural e identitária é reflexo de como as relações interestatais são feitas, visto que os Estados não

são polos isolados num sistema independente e suas relações são baseadas no jogo de interesse de cada um. Mas, para além disso, essas autoidentificações também são relevantes para o próprio entendimento da cultura e de como os indivíduos se percebem no Estado e como ele é formado por sua sociedade. Os tomadores de decisões se tornam representantes dos interesses estatais e da sociedade, pela sua compreensão de política e de como ela deve ser feita para prevalecer os interesses próprios e de que forma esses interesses são formulados pela sociedade.

O construtivismo conduz, portanto, ao estudo empírico das condições que fazem uma concepção intersubjetiva particular de interesse prevalecer sobre outras. Em resumo, o construtivismo está equipado para mostrar como os interesses nacionais nascem, como eles adquirem seu status de entendimentos políticos gerais, e como esses entendimentos são politicamente selecionados pelo e através do processo político (ADLER, 1999, p. 225).

A apresentação do construtivismo como um meio-termo, entretanto, não retira dele a relação com a ciência e tampouco sua relevância para as Relações Internacionais. O construtivismo não atua como uma oposição às interpretações, esta teoria representa uma base para a ciência social. Ele não se restringe e não se basta nas análises comportamentais, mas traz para a discussão o que acontece nas tomadas de decisões a partir dos interesses dos Estados, em que estes também são influenciados, até certo ponto, pela sociedade. Dessa maneira, o construtivismo não é uma interpretação dualista entre ciência e as interpretações e relatos dos campos de estudo.

Finalmente, faz-se crucial esclarecer, de uma vez por todas, que o centro do debate sobre o construtivismo não é sobre ciência versus interpretação literária ou "relatos", mas sobre a própria natureza da ciência social e, portanto, da disciplina de relações internacionais. Em outras palavras, a questão contrapõe uma concepção naturalista de ciência, quase inteiramente baseada em filosofias da ciência concorrentes e teorias que a física há muito abandonou, a uma concepção de ciência social que é social (ADLER, 1999, p. 203).

Dessa maneira, o construtivismo não é um opositor direto da própria ciência, pelo contrário, ele é consonante a ela e, ao mesmo tempo, pode ser considerado a base da área de relações internacionais, pois trata de uma área que é social sendo tratada como social. Isso rompe o caráter positivista das normas em que se tentava enquadrar as ciências sociais como necessárias à adequação às bases das ciências exatas com fórmulas, padrões e repetições

que não levavam em conta a realidade e especificidade de cada indivíduo ou sociedade, como é o caso desta análise.

2.2 A teoria construtivista nas Relações Internacionais

No campo das Relações Internacionais, os debates teóricos trazem proposições de acordo com o contexto histórico, grandes rupturas ou continuidades históricas com métodos diferentes em que se referem os aspectos de cooperação, hegemonia, liderança, guerra e paz. Dentro do Sistema Internacional (S.I), a consideração de atores externos a Estados também constitui um caráter de atuação que torna dependente variáveis consideradas ou não dentro de teorias específicas (CASTRO, 2012).

As instituições aparecem mais notoriamente a partir da Primeira Guerra Mundial (IGM), sendo a Liga das Nações uma das maiores representantes e, por conseguinte, talvez a mais notável para o período. A partir do estabelecimento da Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Guerra Fria, o sistema internacional passa por mudanças no que tange à própria organização e como os sistemas de autoajuda, segurança e cooperação se transformam para que se dê conta de uma comunidade de Estado mais interativa e mais cautelosa para conflitos (BUZAN; HANSEN, 2012) que culmina em uma grande instabilidade política, pois não se sabia como o Sistema Internacional se organizaria a partir da Guerra Fria.

[...] a chegada do construtivismo social no cenário das relações internacionais decorre em um momento de profunda incerteza e instabilidade política. Afinal, chegou-se ao fim do grande conflito geopolítico entre os EUA e a União Soviética, e este primeiro tendo saído vitorioso vivia agora um momento de grande opulência e hegemonia ao redor do globo. Porém, não se sabia por quanto tempo e nem de que maneira esse novo sistema unipolar funcionaria. As dúvidas eram inúmeras e ambas as escolas de RI não tinham uma resposta contundente para o problema (TAVARES, 2022, s/p).

As mudanças trazem a lógica da cooperação para as negociações e conformação dos Estados, mas se eles por si só falham em cooperar devido a conflito de interesses, as instituições então são soluções que levarão o jogo internacional ao patamar de cooperação a partir de expectativas de comportamento por outros Estados. Dessa forma, as expectativas que são geradas pelo comportamento dos Estados afetam os agentes no que tange sua identidade e nos seus interesses. Esses atores, então, criam as instituições a

partir de um movimento de autoconhecimento e de reconhecimento do outro, assim, torna-se mais visível a não rigidez de seus padrões de condutas externos.

O processo de criação de instituições é de internalização de novos entendimentos de si próprio e de outro, de adquirir novas funções de identidade, não somente de criar restrições externas sobre o comportamento de atores exogenamente constituídos. Mesmo que não seja assim intencionado, em outras palavras, o processo pelo qual egoístas aprendem a cooperar é, ao mesmo tempo, um processo de reconstrução de seus interesses em termos de comprometimentos compartilhados com as normas sociais (WENDT, 1992, p. 459).

Entretanto, as instituições não estão acima dos Estados enquanto níveis de análise, hierarquia ou até mesmo importância, partindo do pressuposto da anarquia. O caráter anárquico do S.I denota então uma institucionalização das normas que é desconsiderada por alguns autores, mas que implica necessariamente nesse conjunto de regramentos em que, principalmente, não se tem um Estado que governa o outro ou uma instituição que está acima deles.

A análise construtivista, a partir disso, adquire uma perspectiva de entendimento do processo de relações estatais a partir de seus interesses em que se tem a identidade nacional como um fator de influência, porque é a partir do que se entende por nacional que as decisões tomadas a nível exterior serão decididas. Um Estado não tende a tomar decisões que não são benéficas para si ou sua população.

De modo geral, estudiosos de hoje tendem a pensar que a estrutura das relações internacionais não é institucionalizada em nenhum grau. É assim mesmo para os estudiosos que pensam em si mesmos como construtivista. Eles acreditam que os países são altamente institucionalizados enquanto Estados, mas esses Estados, a partir de seus agentes, conduzem as suas relações em um mundo anárquico. O termo anarquia aponta para uma condição de governo entre Estados no qual nenhum Estado ou grupo de Estados governa o resto. Isso também implica que não existe nenhuma instituição acima dos Estados, os governando. Quando dizemos que os Estados são soberanos, estamos dizendo essa exata mesma coisa (KUBÁLKOVÁ; ONUF; KOWERT, 1998, p.5, tradução nossa)³.

Os processos de formação de identidade, então, trazem para os Estados outras variáveis, quais sejam: a noção de soberania, de direitos a territórios e a

³ Texto original: Generally speaking, scholars today tend to think that the structure of international relations is not institutionalized to any great degree. This is so even for some scholars who think of themselves as constructivists. They believe that countries are highly institutionalized as states, but that states, through their agents, conduct their relations in an anarchic world. The term anarchy points to a condition of rule among states in which no one state or group of states rules over the rest. It also implies that there is no institution above states ruling them. When we say that states are sovereign, we are saying the very same thing.

própria identidade nacional. Esses elementos se combinam para que se forme o elo entre estrutura e agente, principalmente porque “para quase qualquer função de identidade, as práticas e informações que as desafiam provavelmente criarão dissonâncias cognitivas e até percepções de ameaça, e estas podem causar resistência às transformações de si próprio e, portanto, à mudança social” (WENDT, 1992, p. 450).

Nas relações, a partir do construtivismo, a prática torna-se o núcleo das resoluções do problema agente-estrutura (WENDT, 1992). Isso se dá pela capacidade e pelo interesse em se manter as práticas adotadas pelos Estados e se relaciona diretamente com a necessidade de ser coerente aos comportamentos adotados, portanto, isso reproduz uma comunidade de reconhecimentos. Por tal, os Estados, até mesmo os que não têm protagonismo no sistema internacional, reproduzem esses comportamentos porque acabam vinculando-se às normas e aos agentes como representantes da sociedade, mas principalmente porque o comportamento é tido a partir de um segundo comportamento esperado (RODRIGUES; SOUZA, 2020).

Entretanto, ao nos depararmos com a ideia da identidade nacional, é necessário entender que a constituição e a permanência do Estado estão mais relacionadas aos grupos por ele representados – que dele fazem parte, do que, necessariamente, a sua existência por poder e soberania. É a sociedade nacional que balizará a sua permanência como ente e por conseguinte, como ator do Sistema Internacional e ela existe antes dele como ente internacional. Por isso, Wendt (1992) liga essa existência a outros requisitos que dão um certo aparato para que a organização da governança do Estado, sendo uma capacidade intrínseca.

Com efeito, estou sugerindo, por propósitos retóricos, que o material cru do qual os membros do sistema de estados são constituídos, é criado pela sociedade doméstica antes dos estados entrarem no processo constitutivo da sociedade internacional, apesar deste processo não implicar nem em estabilidade de território nem em soberania, que são negociadas internacionalmente em termos de individualidade (WENDT, 1992, p. 436-437).

As relações internacionais, portanto, acabam sendo grandes condutoras dessas interações a partir de um reconhecimento mútuo devido ao que se espera dos padrões de comportamento de outro Estado. A partir disso, outras questões podem ser postas às análises, mas a sociedade tenderia, então, a trazer a sua

identidade e o que se considera como nacional para a discussão (ADLER, 1999). Isso não acontece de forma aleatória, pelo contrário, é a resposta máxima de que os fazeres e agires de um determinado Estado acontece pelo seu sentimento de nação.

2.3 O construtivismo e a identidade

A ideia de “identidade”, enquanto termo de análise de teorias sociais, surgiu por volta de 1960, com uma difusão rápida para além das fronteiras nacionais (BRUBAKER; COOPER, 2018) e com isso foram se criando associações que permitissem uma adequação desse conceito vinculando-se à interesses de determinados grupos, portanto, “[...] a identidade implica a produção de discursos portadores de signos de identificação. Nem sempre um grupo com uma cultura em comum percebe-se, denomina-se, reconhece-se ou é objeto de discursos identitários” (MORENO, 2014, p. 8).

Diante disso, a conceitualização de identidade associa-se à análise a partir do entendimento de que a ideia de um Estado-nação não se cria exclusivamente a partir de *policy makers*, mas também pelo que determinado grupo sociopolítico entende de si mesmo e do contexto nacional em que se insere.

[...] [identidade] É também usada por empreendedores políticos para persuadir pessoas a compreender a si mesmas, seus interesses e seus dilemas de determinado modo, para convencer certas pessoas de que elas são (para certos propósitos) “idênticas” umas em relação às outras e ao mesmo tempo diferentes de outras, e para organizar e justificar ações coletivas ao longo de certas linhas. Neste sentido, o termo “identidade” está implicado tanto na vida cotidiana quanto nas “políticas de identidade” nas suas várias formas (BRUBAKER; COOPER, 2018, p. 273).

Partindo-disso, a inserção internacional de um Estado está pautada na prática que ele tem, além das informações como membro do sistema internacional, se relaciona com seu público interno. Isso quer dizer que o Estado não se inserirá internacionalmente sem que seu ambiente interno seja levado em consideração, pois é a partir dessa conciliação que existe a defesa dos interesses dele.

A percepção de ameaças também é um fator crucial para que o Estado consiga se consolidar, pois é a partir dela que ele será capaz de manejar as possíveis mudanças que serão necessárias para sua existência. Dessa forma, a

ideia de identidade é também um fator político usado para o convencimento, ao que legitima quem o ouve como um grupo incluído em quaisquer sejam as discussões. Associar a identidade aos discursos políticos balizam movimentos e decisões que são tomados por quem faz a política e pelos agentes condutores das leis, das regras e que lideram os grupos sociais.

É a partir desse pressuposto coletivo de operação enquanto agente que a identidade acaba sendo formada, porque é a partir disto que um grupo social com caráter de liderança política repete discursos e os usa como convencimento para atestar uma certa consciência coletiva do que é fazer parte de um país – e, ao fim, o constitui.

Quando muitas pessoas coletivamente operam como agentes, quando eles têm agentes agindo por eles, quando eles têm uma quantidade considerável de identidade (além de um território identificado como deles), e quando eles são livres para agir dentro de limites amplos, essas pessoas constituem um país. Durante vários séculos, os agentes tiveram um interesse consistente em falar sobre países como se eles fossem independentes uns dos outros e de qualquer outra construção social. Isso torna-se mais claro ao definir soberania como uma independência absoluta e descrevendo países como Estados soberanos (KUBÁLKOVÁ; ONUF; KOWERT, 1998, p.7, tradução nossa)⁴.

A identidade, portanto, não deve ser separada da análise do Estado enquanto agente isolado no sistema internacional, pelo contrário, as respostas que os Estados têm em relação às medidas acordadas internacionalmente estão relacionadas com como ele entende sua própria cultura, sua identidade e sua organização interna. Em certa medida, as construções das identidades estão sujeitas a intercâmbios entre os Estados a partir da condução das relações sociais pelos mais variados motivos, mas principalmente pela expectativa de comportamento entre os partícipes dessa relação.

Não obstante, a cultura pode ser compartilhada entre os atores na forma de normas, regras e instituições que constituem identidades, definem expectativas de comportamento, estabelecem ameaças e sanções, convergem interesses, auxiliam na consecução de objetivos, entre outros. São, em síntese, princípios pelos quais as relações sociais são conduzidas (DRUMMOND, 2021, p. 505).

⁴ Texto original: When a very large number of people collectively operate as an agent, when they have agents acting for them, when they have some considerable measure of identity (including some place identified as theirs), and when they are free to act within very wide limits, these people constitute a country. For several centuries, agents have had a consistent interest in talking about countries as if they are independent of each other and any other social construction. This is made clearest by defining sovereignty as absolute independence and describing countries as sovereign states. As constructivists, however, we should always bear in mind that full independence is a useful fiction, and sovereignty is a matter of degree.

Desse modo, o que se evidencia é que os Estados acabam sendo moldados pela cultura que os cerca (DRUMMOND, 2021). A partir disso, é que as relações são retomadas, pois os Estados não estão isolados no sistema internacional e, portanto, tendem a tomar as decisões convenientes no maior grau que represente seus interesses. Todos esses entendimentos são necessários para que se compreenda a importância da teoria construtivista para a área de Relações Internacionais porque é a partir deles que a ideia dos elementos internos é relevante para o comportamento estatal, ainda que o sistema constranja os atores a comportamentos específicos.

Ainda que haja essas interações, os Estados e os condutores da política interna, tendem a depender de elementos que reforcem a ideia de uma nação. Diversos elementos são considerados para a identificação de uma participação coletiva para a sociedade (SCHNEIDER, 2004), entre eles, podemos citar os símbolos nacionais: bandeiras e hinos.

O sentimento de pertencimento cria, então, no imaginário coletivo a ideia patriótica e gera o sentimento de defesa dos símbolos e da própria nação. Dessa forma, o nacionalismo pauta a existência deste Estado e da sua soberania, assim, elementos geográficos e históricos são utilizados para dar azo aos discursos de posse sobre determinado espaço.

Hinos, bandeiras e brasões portam-se muitas vezes como construções estatais que buscam harmonizar e homogeneizar as identidades nacionais e criar em seus discursos patrióticos uma concepção não antagônica do povo e do território da nação como lembra Escolar (1996), na tentativa de garantir ao máximo sua eficácia simbólica dentro do processo ritual e de suas estruturas representativas. Além disso, os símbolos têm a função de exercer um papel conservador dentro desse discurso patriótico, pois mesmo que eles sirvam para expressar às vezes certa oposição e propagar a revolução, também podem contribuir para garantir a legitimidade do poder constituído e a adesão à ordem estabelecida pelo próprio Estado como lembra Martinez (BERG, 2014, p. 11).

Não foi diferente com o que aconteceu na Península Coreana pós-Segunda Guerra Mundial. O território dividido, a partir das ideologias políticas distintas da época, defendia interesses tanto socialistas quanto capitalistas ao que Estados Unidos e União Soviética disputam a influência da península a partir de seus apoiados políticos: porção sul pela primeira e norte pela última.

Isso, então, gera a criação de Estados para a defesa desses interesses e cria governos que representem os interesses das duas potências em detrimento dos interesses dos nacionais. Até então, coreanos, mas que agora passam a ser

determinados norte-coreanos ou sul-coreanos (SOUZA, 2017). E é por esse motivo que entender o processo de construção da imagem de um cidadão sul-coreano é importante para que se compreenda a ascensão da Coreia do Sul e como ele repercute internacionalmente. Não apenas nisso, mas principalmente, para que se entenda a construção da imagem do que é ser sul-coreano e desse sentimento de nacionalismo.

Bobbio (1998, p. 799) conceitua esse termo como “em seu sentido mais abrangente o termo Nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva”, ou seja, essa ideia de nacionalismo esteve presente como uma forma de legitimação do novo Estado nacional formado.

Mesmo que não houvesse a divisão anteriormente, ainda é de se considerar que, após a separação do território, a questão nacionalista continuasse presente nos residentes isso porque “os nacionalismos persistem não apenas porque os indivíduos consciente determinam-se como membros de uma nação particular, mas também porque somos interpelados como sujeitos nacionais por meio de discursos práticos e encontros que não são necessariamente ou obviamente ‘nacionalistas’” (LEE, 2013, p. 5, tradução nossa)⁵.

Ao se pensar a questão nacional e a construção de um Estado e de um cidadão legítimo - não necessariamente pela visão do outro, mas pela própria - traz-se para o discurso os elementos necessários para a consolidação de um governo que fosse satisfatório para cumprir com o desejo internacional, mas que fosse capaz de lidar internamente com as pressões populares e fronteiriças, com a recém-estabelecida República Popular Democrática da Coreia. O cidadão legítimo não é exclusivamente pela visão do outro, mas igualmente pela própria para que se consolidasse essa ideia do que é ser um cidadão nacional.

É de se pressupor que a separação resultaria numa mudança de cultura que refletiria socialmente num novo código identitário. Mas, mais do que isso, é

⁵ Texto original: Nationalisms persist not only because individuals consciously determine themselves to be a member of a particular nation, but also because we are interpellated as national subjects through discursive practices and encounters that are not necessarily or obviously ‘nationalistic’.

a necessidade de que se inclua nesse novo código os indivíduos que possam justificar e identificar-se com o sentido de nação. Além disso, é necessário delimitar que os grupos sociais nem sempre se reúnem sob o mesmo código de identidade, pois “as identidades são sempre construção, mas não necessariamente invenção no sentido de um ato de poder deliberado, conscientemente imposto e assimilado integralmente” (MORENO, 2014, p.9). Então, ainda de acordo com Moreno (2014, p. 8),

mais incisivamente do que a noção de cultura, a identidade implica a produção de discursos portadores de signos de identificação. Nem sempre um grupo com uma cultura em comum percebe-se, denomina-se, reconhece-se ou é objeto de discursos identitários. A identidade estaria ligada, desta forma, à representação da cultura de um ou mais grupos humanos.

Dessa maneira, a teoria construtivista se alinha à pesquisa para o estudo da construção do sentimento coletivo de identidade e, também, do próprio indivíduo a partir dessa base mais sociológica. Isso é importante porque precisa-se delimitar o que é o inconsciente coletivo de “ser sul-coreano” e como isso se implica no constante embate com o indivíduo norte-coreano, pois pensa-se essa divisão como uma separação dos sujeitos em dois grupos igualmente dispersos entre si. Sendo assim, essa dispersão atribuiria um significado mais próprio do não ser e traria consigo uma valorização de um em detrimento do outro.

A partir da Teoria Construtivista percebe-se que a construção de processos identidades estão interligados com a cultura de um determinado povo, além, claro, de sua própria existência como seres políticos. Desse modo, percebe-se que os teóricos desta corrente trabalham temas que envolvem as construções sociais que pautam uma sociedade. O próximo capítulo deste trabalho desenvolve o contexto histórico da península coreana até os anos 1910, alinhando os conceitos apresentados com a formação da identidade coreana desde a península unificada até a anexação pelo Japão.

3. A História Antiga da Coreia

A história antiga da Coreia perpassa por diversos aspectos culturais que dizem respeito à criação de códigos baseados na China e nas migrações advindas de lá pela Manchúria, além de pequenos reinos distribuídos pela península que mais tarde se tornaram a própria Coreia. Neste sentido, existia uma certa coerência cultural nesta região da Ásia Oriental compreendida pelo Japão e pela Coreia (HOLCOMBRE, 2016).

Deste modo, percebe-se que a história da península coreana não era estanque e aparecia dividida por grupos étnicos que habitavam a região divididos em pequenos países com organizações próprias. Neste capítulo será estudada a formação da Coreia e como a identidade foi sendo construída conforme os anos foram passando, de forma a contextualizar historicamente como foi a evolução da península até os dias atuais.

Essa contextualização é importante para que se compreenda como a identidade cultural foi sendo construída pelos coreanos para que pudesse fazer surgir o sentimento de uma nação coreana após a divisão da península em 1948. Para isso, o presente capítulo é subdividido na construção histórica da Coreia Antiga, passando por toda a complexidade de relações com a China, e as dinastias que a governaram, e o Japão como comunidades da Ásia Oriental.

3.1 Gojoseon: o Primeiro Reino Coreano

Por toda a extensão da península coreana foram encontrados dólmenes com datas prováveis de 2000 a.C., organizados de uma maneira típica na região como dito por Holcomb (p. 91, 2016) “os dólmenes do estilo do norte da Coreia eram tipicamente formados por quatro blocos de pedras verticais cobertas por um teto horizontal parecido com uma mesa de pedra” (tradução nossa)⁶, enquanto os do Sul eram mais associados com funerais (idem). Antes disso, entretanto, foram encontrados vestígios de cerâmica datados de 10.000 a.C., portanto é de se perceber que a história coreana é longa e culturalmente rica.

⁶ Texto original: Los dólmenes del estilo del norte de Corea estaban típicamente formados por cuatro bloques de piedra verticales cubiertos por un techo horizontal, parecido a una mesa de piedra.

O mito de fundação de Gojoseon (고조선), primeiro reino coreano, traz a figura de Dangun ⁷ como o seu lendário fundador. Partindo disso, contemporaneamente, Hulbert (2020, p. 128, tradução nossa) descreve a existência de nove tribos selvagens que viviam na Coreia e na porção norte, em que “a tradição os nomeia respectivamente como Kyun, Pang, Whang, Fāk, Chuk, Hyŭn, P'ung, Yang e U⁸”⁹ sendo considerados os povos aborígenes voltado para a dança, canto e bebidas. As relações entre os povos dessas tribos mudaram a partir do momento em que Dangun tornou-se soberano, assim como a relação de rei e súditos que fora estabelecida.

Eles se vestiam com um tecido de grama trançada e a sua comida eram frutas naturais da terra, como nozes, raízes, frutas e grãos. No verão, eles viviam sob as árvores e no inverno eles viviam num buraco no chão rudemente cobertos. Quando Tan-gun tornou-se rei, ele os ensinou a relação entre rei e sujeitos, o ritual de casamento, a arte de cozinhar e a ciência de construir casas. Ele os ensinou a amarrar o cabelo com um pano sobre a cabeça. Ele os ensinou a cortar árvores e a cultivar campos (HULBERT, 2020, p. 128, tradução nossa).¹⁰

De certo, essa característica cultural serviu como uma base para o estabelecimento de uma unidade social que mais tarde se tornaria a Coreia. ¹¹Ainda que pela literatura, é possível que se observe diferentes estilos de vida e de desenvolvimento por toda a península, em que a porção norte, a central e a sul possuíam diferentes modos de vida, de rituais e de plantio, afinal “tanto a Coreia como o Japão gozavam de eras pré-históricas longas e culturalmente ricas” (HOLCOMBRE, 2016, p.89, tradução nossa).

Além deste mito fundador, há os relatos do estilo de vida que a população local havia desenvolvido ao longo dos anos, bem como os estilos de cultura

⁷ Também referenciado como Tangun (단군). Entretanto, há literaturas que consideram Dangun como um conselho de líderes e não como uma pessoa, bem como há outras que o tratam como um elemento mitológico (HULBERT, 2020; XU, 2016).

⁸ As marcações de romanização são consideradas como as escritas pelo autor.

⁹ Texto original: Tradition names them respectively the Kyun, Pang, Whang, Fāk, Chuk, Hyŭn, P'ung, Yang and U.

¹⁰ Texto original: They dressed in a fabric of woven grass and their food was the natural fruits of the earth, such as nuts, roots, fruits and berries. In summer they lived beneath the trees and in winter they lived in a rudely covered hole in the ground. When the Tan-gun became their king he taught them the relation of king and subject, the rite of marriage, the art of cooking and the science of house building. He taught them to bind up the hair by tying a cloth about the head. He taught them to cut down trees and till fields.

¹¹ É importante mencionar que nesse ponto, existem algumas divergências quanto a mito e realidade nos aspectos da sociedade antiga coreana. Como Dangun, existem fontes que tratam puramente como mitológico esses aspectos da formação.

agrícola que fora sendo aperfeiçoados. As sociedades aborígenes coreanas cultivaram arroz e milho em diferentes regiões da Coreia até o sul da China. Havia também uma diferença cultural por toda a península devido às áreas de influência sofrida pelas regiões chinesas, portanto, houve desenvolvimentos diferentes da cultura da Planície Central da China.

Durante o último milênio antes de Cristo, o cultivo de arroz e o trabalho do bronze se juntaram ao complexo cultural pré-histórico da Coreia. O cultivo do arroz se originou provavelmente no que hoje é o sul da China, mas o arroz foi pouco cultivado no coração cultural do norte chinês, onde o grão básico era o milhete (e logo o trigo). Por outro lado, o bronze deve ter sido uma influência do norte da China, mas existe uma notável carência de recipientes para rituais de estilo caracteristicamente chinês na Coreia, em que o bronze se usou comumente para fazer, ao contrário, punhais e espelhos. Em grandes aspectos, a cultura pré-histórica tardia da Coreia foi diferente da que se desenvolveu na planície central da China (HOLCOMBRE, 2016, p. 90, tradução nossa).¹²

Para além disso, as lendas mencionam a chegada de Ki-ja¹³ a partir de Chosun após a queda do reinado triplo de Pi-gan, Mi-ja e o próprio Ki-ja (HULBERT, 2020). Desse modo, o sábio foi capaz de decifrar a “Grande Lei” incrustada nas costas de uma tartaruga submergida no rio Nak e, a partir disso, “com seus cinco mil seguidores, passou para a península coreana pelo Leste” (HULBERT, 2020, p. 132, tradução nossa).

Ele finalmente se estabeleceu na cidade de Pyu-yang que já era a capital da Dinastia Tangun. [...] várias outras [cidades] reclamavam o título de lugar de descanso de Ki-ja. Várias autoridades diferem grandemente sobre as fronteiras do reino, o lugar da capital e o local de seu enterro que algumas dúvidas são postas sobre, até mesmo, a existência desse notável homem; mas o consenso de opiniões aponta claramente para Pyong-yang como sendo a cena dos seus trabalhos (HULBERT, 2020, p.132, tradução nossa).¹⁴

¹² Texto original: Durante el último milenio antes de Cristo, el cultivo de arroz y el trabajo del bronce se añadieron al complejo cultural prehistórico de Corea. El cultivo del arroz se originó probablemente en lo que hoy es el sur de China, pero el arroz se cultivó poco en el corazón cultural chino del norte, donde el grano básico era el mijo (y luego el trigo). Por otra parte, el bronce debió de haber sido una influencia del norte de China, pero existe una notable carencia de recipientes rituales de estilo característicamente chino en Corea, donde el bronce se usó comúnmente para elaborar, en cambio, dagas y espejos. En numerosos aspectos, pues, la cultura prehistórica tardía de Corea fue distinta de la que se desarrolló en la Planicie Central de China.

¹³ Também referido como: Jizi ou Qizi ou Kizi (箕子) em chinês.

¹⁴ Texto original: He finally settled at the town of P'yü-yang which had already been the capital of the Tangun dynasty. [...] about as many claim to be the burial spot of Ki-ja. The various authorities differ so widely as to the boundaries of his kingdom, the site of his capital and the place of his interment that some doubt is cast even upon the existence of this remarkable man; but the consensus of opinion points clearly to P'yünyang as being the scene of his labors.

Esse estabelecimento, marca a fundação de um reino da Coreia nos moldes semibárbaros e, ao longo do seu desenvolvimento, sofreu constantes reformulações e reconstrução de leis e códigos sociais (HULBERT, 2020). Assim, elementos culturais, como ritos e linguagem, são considerados como unitários e marcam um ponto de junção importante para a consolidação de um reino.

3.2 A relação do Império Han (202 a.C.-220 d.C.) e Chosun (Chaoxian)

As fontes históricas que versam sobre esse momento de história antiga, são, em sua maioria, provenientes da literatura chinesa (XU, 2016). Dessa forma, a história da Coreia é baseada neste estabelecimento migratório a partir de lendas advindas de reinantes da China nas mais variadas dinastias que compreenderam a história chinesa. Dessa maneira, os governos foram sendo pautados em súditos nativos da própria Coreia e de refugiados que chegaram sobre a fundação.

[...] os primeiros contos escritos do que agora chamamos Coreia provêm de fontes chinesas. Antes das guerras ao redor do colapso do império Qin e a fundação da dinastia Han havia poucos registros; foi então quando um refugiado de nome Wiman fugiu para o norte da Coreia e estabeleceu um pequeno reino chamado Choson em 195 a.C., onde governou uma população composta de refugiados e nativos. Durante três gerações surgirão fricções entre este reino e a dinastia Han e em 108 a.C., o imperador Wu da dinastia Han, invadiu e conquistou Choson. Foi assim, em seu apogeu, que aproximadamente a metade norte da península da Coreia foi incorporada diretamente ao império Han chinês (HOLCOMBRE, 2016, p.90, tradução nossa).¹⁵

A dominação chinesa perdurou alguns séculos. Holcomb (2016) define que pelo menos por quatro séculos houve essa dominação na porção norte da península. Essa dominação, como é de se esperar, gera uma grande influência cultural mesmo que não mais sob um rótulo colonial, ainda que ele não deva ser excluído completamente da análise e nem reduzido a não colonial. De certo,

¹⁵ Texto original: [...] los primeros recuentos escritos de lo que ahora llamamos Corea provienen de fuentes chinas. Antes de las guerras alrededor del colapso del imperio Qin y la fundación de la dinastía Han había pocos registros; fue entonces cuando un refugiado de nombre Wiman huyó al norte de Corea y estableció un pequeño reino llamado Chosón en 195 a.C., donde gobernó una población compuesta de refugiados y nativos. Durante tres generaciones surgieron fricciones entre este reino y la dinastía Han, y en 108 a.C., el emperador Wu de la dinastía Han invadió y conquistó Chosón. Fue así como, en su apogeo, aproximadamente la mitad norte de la península de Corea fue incorporada directamente al imperio Han chino.

havia diferenças entre as culturas e a população da área de Pequim e de outras regiões da China, pois o império Han tinha por característica ser multiétnico.

Ainda que os vestígios arqueológicos mostrem com clareza que as culturas locais da área da Coreia permaneceram diferenciadas das normas da planície central chinesa, a administração chinesa da dinastia Han na Coreia não era necessariamente mais (ainda que certamente tampouco menos) uma questão de domínio colonial imperial estrangeiro que o que era em várias partes do, então, multiétnico império Han. [...] Em uma época tão tardia como da dinastia Han, se especulou que a língua falada perto do que hoje é Pequim pode ter sido “estranha ao ouvido chinês e bem mais próxima dos idiomas falados na parte norte da península coreana” (HOLCOMBRE, 2016, p. 90, tradução nossa).¹⁶

É notável que o extenso domínio do Império Han significava uma impossibilidade de total visitas aos pequenos reinos que faziam parte dele. Dessa maneira, Chosun era considerado um dos três grandes grupos étnicos que não eram chineses. Mesmo assim, as relações existentes neste período poderiam ser consideradas apenas como possíveis batalhas entre o exército de Han e outros mercadores que visitavam a região a negócios.

É notável que, apesar da preparação minuciosa de Sima Qian e suas extensas viagens a muitos lugares do Império Han para escrever uma história abrangente da China, não há referência à sua visita à região nordeste. Assim, é provável que suas narrativas sobre Weiman Chaoxian 衛滿朝鮮 (K. Wiman Chosŏn) foram baseados em relatos de militantes Han que lutaram contra os Weiman Chaoxian ou comerciantes chineses que viajaram para Chaoxian para negócios (XU, 2016, p.29, tradução nossa).¹⁷

Neste período histórico, os então governantes da Coreia (Chosun) viviam constantemente as ameaças de invasão do Império Han, recebendo inclusive alegações de desertores Han como alegados protetores, ou seja, manteriam Chosun em segurança dos ataques do Império. A figura de Weiman é um ponto

¹⁶ Texto original: Aun cuando los vestigios arqueológicos muestran con claridad que las culturas locales del área de Corea permanecieron diferenciadas de las normas de la Planicie Central china, la administración china de la dinastía Han en Corea ya no era necesariamente más (aunque ciertamente tampoco menos) una cuestión de dominio colonial imperial extranjero que lo que lo era en varias otras partes del, todavía entonces, bastante multiétnico imperio Han. [...] En una época tan tardía como la de la dinastía Han, se ha especulado incluso que la lengua hablada cerca de lo que ahora es Beijing pudo haber sido “extraña al oído chino y más bien cercana a los idiomas hablados en la parte norte de la península de Corea”.

¹⁷ Texto original: It is noteworthy that despite Sima Qian’s thorough preparation and his extensive travels to many places of the Han Empire to write a comprehensive history of China, there is no reference to his visit to the northeastern area. Thus, it is likely that his narratives on Weiman Chaoxian 衛滿朝鮮 (K. Wiman Chosŏn) were based on accounts by Han militants who fought with Weiman Chaoxian or Chinese merchants who traveled to Chaoxian for business. K (Korean) indica o nome utilizado em coreano.

chave, pois é conhecido como um usurpador do poder do rei Kijun¹⁸ e por “corromper a pureza e a moral da sociedade de Jizi Chaoxian (Kija Chosun)”¹⁹, sendo então condenado por isso (XU, 2016, p.30, tradução nossa).

A viagem de Weiman para a Coreia simbolizou, posteriormente, um fortalecimento de seu poder e influência. Em primeiro momento, devido ao favorecimento dado pelo rei Kijun e em segundo por reunir refugiados e aborígenes da Coreia e fortalecer o ideal de revolução (XU, 2016). Essa rebelião foi o suficiente para que Weiman conseguisse usurpar o poder de Kijun e se autoproclamar rei, estabelecendo a capitado na atual Pyongyang tendo o golpe sido reconhecido como legítimo pelo Império Han.

O rei Jizhun favoreceu especialmente Weiman e o nomeou como um erudito para defender a fronteira ocidental de Chaoxian. Posteriormente, Weiman acumulou mais poder juntando refugiados escapados de Yan (燕) e Qi (齊) e, também, os povos indígenas de Chaoxian e decidiu se rebelar. Ele organizou e junto tropas sob o pretexto de proteger o rei Jizhun de uma alegada invasão das tropas de Han. Totalmente despreparado para a súbita rebelião de Weiman, o rei Jizhun fugiu para o sul da Península Coreana e Weiman se autoproclamou rei com sua capital onde, atualmente, é Pyongyang, continuando a utilizar Chaoxian como nome de Estado (XU, 2016, p. 30, tradução nossa).

O reinado de Weiman foi marcado por um certo expansionismo de conquista de pequenos centros tribais vizinhos. Em outros termos, o império Han tinha a intenção de continuar tendo-o como dentro de sua área de influência, ou seja, como parte integrante da corte. A legitimidade atribuída a ele pelo império Han, na verdade, era como um garantidor de sua soberania em Chosun, mas que em termos práticos, garantia, para além disso, sua expansão pela região da capital.

Depois de ter garantido a posse do reino de Kijun, Wiman passou a trabalhar para permanecer no trono. Ele teve alguma experiência lidando com as tribos selvagens e agora ele se esforçava para manter tanto quanto possível a lealdade de todos. Ele estava, literalmente, rodeado por eles e essa política amistosa era totalmente necessária. Ele conseguiu tão bem que em pouco tempo havia conquistado quase todas as tribos adjacentes cujos chefes frequentavam sua corte e eram ali tratados com tal liberalidade que mais de uma vez acompanharam

¹⁸ Em chinês: 箕準 (Jizhun), o legítimo governante de Jizi Chaoxian (A Coreia de Kija).

¹⁹ Texto original: for corrupting the pure and moral society of Jizi Chaoxian.

às embaixadas das cortes chinesas (HULBERT, 2020, p. 141, tradução nossa).²⁰

Essa junção, na prática, era comprometida pelo comportamento expansionista, mas não tinha outras implicações que pudessem desfavorecê-lo frente ao imperador. Weiman, inclusive, obtinha como função do reconhecimento a submissão ao império Han e a guarda de fronteiras do Império com os arredores da península. A ascensão de Youqu, neto de Weiman, ao poder foi marcada por constantes embates com o império Han e com a recusa de prestação de contas para o Império, bem como a submissão às leis desta dinastia como fora feito por seu avô, o que resultou em constantes investidas contra Chosun e em seu próprio assassinato. Holcomb (2016, p.90, tradução nossa), acrescenta que “durante três gerações surgiram fricções entre este reino e a dinastia Han e, em 108 a.C, o imperador Wu da dinastia Han invadiu e conquistou Chosun²¹”.

Ao contrário de Zhao Tuo e seus sucessores no Reino de Nanyue, o rei Youqu de Chosun repetidas vezes confrontou o poder de Han e se recusou a se render. Ele, eventualmente, foi assassinado por seus próprios súditos. Surpreendentemente, foram os indígenas de Chosun que quiseram se render e colaborar com as tropas de Han. Alguns oficiais de Chosun fugiram para o sul da península coreana logo antes da guerra porque o rei Youqu rejeitou a proposta de rendição. Mais tarde, alguns oficiais de Chosun também mataram Youqu [...] (XU, 2016, p. 31, tradução nossa).²²

Essas relações com o Império Han foram se desenvolvendo diferentemente para cada povo em cada região de sua área de influência. Então, no auge do império Han, pelo menos a metade norte da península coreana foi incorporada a ele (HOLCOMBRE, 2016). É certo que Chosun de Weiman passou

²⁰ Texto original: Having secured possession of Ki-jun's kingdom, Wi-man set to work to establish himself firmly on the throne. He had had some experience in dealing with the wild tribes and now he exerted himself to the utmost in the task of securing the allegiance of as many of them as possible. He was literally surrounded by them, and this policy of friendliness: was an absolute necessity. He succeeded so well that ere long he had won over almost all the adjacent tribes whose chieftains frequented his court and were there treated with such liberality that more than once they found themselves accompanying embassies to the court of China.

²¹ Texto original: Durante tres generaciones surgieron fricciones entre este reino y la dinastía Han, y en 108 a.C., el emperador Wu de la dinastía Han invadió y conquistó Chosŏn.

²² Texto original: Unlike Zhao Tuo and his successors in the Nanyue Kingdom, King Youqu of Chaoxian repeatedly confronted Han power and refused to surrender. He was eventually assassinated by his Chaoxian subjects. Quite surprisingly, it was the indigenous Chaoxian people who were eager to surrender and collaborate with Han troops. Some Chaoxian officials fled to the southern Korean Peninsula right before the war because King Youqu rejected the proposal to surrender. Later, some Chaoxian officials also killed King Youqu [...].

por vários momentos de certa paz, diferentemente do reinado de Youqu, marcado pelas discordâncias e pequenas guerras com o exército de Han.

A existência pacífica, em muito, exemplifica a existência de um período harmonioso em que a cultura dos povos dos dois reinos foi sendo intercambiada e influenciada uma pela outra. Isso se mostra até pelo idioma falado que, na metrópole, soava diferente das áreas próximas à fronteira com Chosun (HWANG, 2021). Foi após a morte de Youqu que o Império Han conseguiu finalmente alcançar o domínio de Chosun e foi fundado Lelang (Nangnang, em coreano) como uma cidade administrativa que se localizava próximo a Pyongyang (HOLCOMBRE, 2016).

Hulbert (2020, p. 143) acrescenta ao estabelecimento de províncias chinesas uma descrição de cada uma delas, quais sejam

Após a queda do reino de Weiman, o país foi dividido pelos chineses em quatro províncias chamadas respectivamente de Nangnang, Imdun, Hyundo e Chinbeon. A primeira delas, Nangnang supostamente cobriu a porção da Coreia que hoje incluem as três províncias de Pyongan, Whanha e Kyungeui. Imdun, até onde sabemos, estava localizada aproximadamente na presente província de Kangwan, mas pode ter excedido os seus limites. Hyundo coincidia com a atual província de Hamgyun no nordeste. Chinbeon estava localizada além do rio Yalu, mas seus limites são difíceis de serem previstos.²³

É perceptível que a extensão do território em posse dos dominadores chineses era grande. Essa expansão do império Han a partir de Chosun não se findou exclusivamente em limites claros e definidos ao que pode não ter sido documentado corretamente toda a extensão das províncias criadas e, tampouco, das duas outras regiões criadas posteriormente. Além disso, percebe-se que o reino unificado por Weiman tinha grandes extensões, pois as negociações com as tribos pequenas que rodeavam o território conquistado.

É bastante duvidoso que os conquistadores tinham uma ideia do tamanho ou extensão das quatro províncias. 25 anos mais tarde, no quinto ano do imperador Chaoti 81 a.C. uma mudança na administração foi feita. Chinbeon e Hyundo foram unificadas e formaram uma nova província chamada Pyongju, enquanto Imdun e Nangnang foram juntadas e formaram Tongbu. Neste formato, o país

²³ Texto original: Upon the downfall of Wi-man's kingdom, the country was divided by the Chinese into four provinces called respectively Nang-nang, Im-dun, Hyūndo and Chin-būn. The first of these, Nang-nang, is supposed to have covered that portion of Korea now included in the three provinces of P'yung-an, Whang-hā and Kyūng-geui. Im-dun, so far as we can learn, was located about as the present province of Kang-wān, but it may have exceeded these limits. Hyūn-do was about coterminous with the present province of Ham-gyūng in the northeast. Chin-būn lay beyond the Yalu River but its limits can hardly be guessed at.

permaneceu até a fundação de Koguryeo no décimo segundo ano do imperador Yuanti (35 a.C.) (HULBERT, 2020, p. 143).²⁴

Com um território vasto e extenso como esse, era de se esperar que uma unidade cultural não existisse, tampouco a ideia de “Coreia”. Havia uma quantidade considerável de grupos étnicos vivendo na península à época, o que configuraria dispersa e impossível de acontecer numa imagem de identidade cultural única. As fronteiras não foram estabelecidas tão precocemente, portanto, o território da península coreana em que vários povos viviam pode ter chegado à Manchúria em extensão.

Dentro do regime da dinastia Han, o povoamento nativo da Coreia permaneceu culturalmente diferenciada da elite metropolitana imperial chinesa e tampouco constituíam uma só povo coreano unificado e homogêneo. No interior se conservava uma surpreendente variedade de diferentes grupos étnicos e no exterior algo que pudesse ser chamado de Coreia nem sequer havia sido imaginado. [...] a fronteira atual do norte, que hoje segue o curso dos rios Yalu e Tumen, não se estabeleceu até uma época tardia, como o século XV d.C. Um influente livro coreano escrito em 1784 afirma que a península era propriamente uma parte sul de uma identidade coreana que se estendia muito ao norte, até a Manchúria (HOLCOMBRE, 2016, p.92).²⁵

Dentre as províncias principais, variadas tribos com lendas e relatos acerca do possível estabelecimento de outros povos a partir do mar Amarelo (estes com idiomas e rostos diferentes), também existiram. Isso resultava, com o desenvolvimento do Koguryeo, em absorção dessas tribos e junto delas, sua cultura. De certa maneira, esses grupos também eram isolados entre si. Isso significa dizer que as tribos do lado leste da península coexistiam com traços culturais específicos e ritos para casamento, velórios, dia a dia e, enfim, as diversas tradições da sociedade. As casas, as roupas e os ritos religiosos

²⁴ Texto original: It is exceedingly doubtful whether the conquerors themselves had any definite idea of the shape or extent of these four provinces. Twenty-five years later, in the fifth year of Emperor Chao-ti 81 B. C. a change in administration was made. Chin-bŭn and Hyŭn-do were united to form a new province called P'yung-ju, while Im-dun and Nangnang were thrown together to form Tong-bu. In this form the country remained until the founding of Ko-gu-ryŭ in the twelfth year of Emperor Yuan-ti, 35 B. C.

²⁵ Texto original: las poblaciones nativas de Corea permanecieron culturalmente diferenciadas de la élite metropolitana imperial china, tampoco constituían aún un solo pueblo coreano unificado y homogêneo. En el interior, se conservaba una sorprendente variedad de diferentes grupos étnicos, y en el exterior las fronteras de algo que pudiera ser llamado “Corea” ni siquiera se habían imaginado todavía [...] la frontera actual en el norte, que ahora sigue el curso de los ríos Yalu y Tumen, no se estableció sino hasta una época tan tardía como el siglo XV d.C. Un influyente libro coreano escrito en 1784 todavía podía afirmar que la península era propiamente la parte sur de una identidad coreana que se extendía muy al norte hacia Manchuria.

também não tinham um padrão, nem mesmo entre os povos de uma mesma região (HULBERT, 2020).

As tribos do oeste tinham sua delimitação entre os rios Han e Yalu e foram o que constituiu administrativamente o que posteriormente foi o reino de Koguryeo. Essa região também se estendeu à província de Hyundo e compreendia uma porção considerável do lado ocidental da península. Hulbert (2020), também menciona um grupo de origem não coreano, mas que exerceu grande influência na vida coreana, os Mal-gal. Eles viveram na região hoje compreendida na Manchuria e eram compostos por sete tribos separadas, mantinham um modo de vida voltado para a agricultura com ritos também específicos para casamentos e funerais, além de costumes próprios de consumo de grãos.

3.3 A formação da identidade coreana

Os costumes da Coreia tribal variavam de região para região, ao que os ritos também foram evoluindo conforme as trocas com outras culturas foram sendo feitas. Como mencionado, Dangun foi o aparente responsável pela criação da ideia de súdito e governante, bem como trouxe outros tipos de vestimentas, cultura agrícola, costumes e rituais diferentes do que o povo indígena coreano costumava ter. Dessa maneira, a criação de um sistema cultural baseado na existência de um rei (ou imperador) influencia a sociedade a criar hábitos do que pode até ser considerado obediência e pagamentos de tributos.

A Coreia de Kija também passou por momentos evolutivos que desencadearam o surgimento e o fortalecimento de Weiman como um fator determinante de governador e de mantedor da ordem e, ao mesmo tempo, de expansionista que culminou na extinção de Chosun (Chaoxian) e legitimou a tomada pelo império Han. A criação de novas cidades administrativas pelos imperadores de Han contribuiu para que os centros culturais também se diversificassem de modo a haver uma diferença substancial na cultura da metrópole e nos outros domínios, seja nos costumes e nos ritos, seja no idioma falado.

As quatro províncias que posteriormente se tornaram Koguryeo aparecem como outras fontes culturais influenciadoras e aglutinadores dos costumes das tribos coreanas, principalmente pela interação com grupos menores que se estabeleceram nas redondezas desses centros. As trocas nem sempre foram pacíficas, como era o caso dos Ok-ju e dos Eum-nu (não necessariamente coreanos), que saqueavam as vilas de Ok-ju em determinados períodos do ano, o que forçava os Ok-ju a sobreviverem em cavernas nesses períodos (HULBERT, 2020).

Fosse pelo mito do desconhecido, o que provavelmente poderia ter sido o contato com pessoas do atual Japão, fosse pelas áreas remotas que os territórios tinham da administração central, cada uma das tribos apresentava particularidades em relação às práticas performadas. Entretanto, deve-se ressaltar que as particularidades mencionadas são referidas apenas aos povos da porção norte do território. Portanto, as características apresentadas são diferentes entre os povos do leste e do oeste da parte norte da península, o que torna ainda mais interessante o estudo ao se perceber que os habitantes do sul – para onde Kijun migrou-se – diferenciavam-se substancialmente dos habitantes do norte.

Eles encontraram uma terra habitada por pessoas estranhas em quase todos os aspectos. A clareza com que todos os relatos nativos descrevem as pessoas encontradas por Kijun no sul é, por si próprio, um argumento a favor da teoria de que diferentes raças de pessoas foram encontradas lá. A parte sul da península era dividida entre três grupos de pessoas chamadas, respectivamente, de Ma-han, Chin-han e Pyon-han. Como esses nomes foram originados é difícil de ser aprendida atualmente, mas parecem ser palavras nativas. [...] Pyohan também era chamada de Pyon-jin [...] (HULBERT, 2020, p. 152).²⁶

O rei Kijun havia se retirado de Chosun após a tomada de seu reino por Wieman, como já mencionado, com uma pequena comitiva de oficiais e servos. A viagem, então, feita a partir do rio Tadong não se distanciava da costa, portanto, estava sempre em busca de um lugar para que alcançassem terra firme. Kijun desembarcou em um lugar chamado Keum-ma-gol (HULBERT, 2020). Quando

²⁶ Texto original: They found the land inhabited, but by a people strange in almost every particular. The explicitness with which all native accounts describe the people whom Ki-jun found in the south is in itself a striking argument in favor of the theory that a different race of people was there encountered. The southern part of the peninsula was divided between three groups of peoples called respectively Ma-han, Chin-han and Pyōn-han. How these names originated can hardly be learned at this date, but it would seem that they were native words [...] Pyō-han, was also called Pyōn-jin [...]

a comitiva do rei desembarcou nesse novo lugar, foi descoberto a existência de três grupos (*Samhan*) de pessoas organizados que habitavam essa região.

Esses três povos han (*Samhan*) são provavelmente os ancestrais mais diretos dos atuais coreanos, em que a língua e a cultura se referem depois da posterior unificação da península da Coreia foi conquista por um reino que surgiu de um desses povos no Sudeste. No século III, eles estavam longe de uma unificação. [...] De acordo com fontes chinesas, *Chinhan* e *Mahan* nem mesmo compartilhavam a mesma língua. *Mahan*, por si mesmo, era descrito como a união de mais de 50 (assim chamados) países (*guo*) no século III (HOLCOMBRE, 2016, p. 92).²⁷

Diferente dos habitantes de *Koguryo* do Norte, que habitavam em terrenos acidentados nas montanhas não satisfatórios para a agricultura, mais belicosos e que, culturalmente, os habitantes do sul viviam em cidades muradas, com cidades grandes e pequenas e com pessoas que se tatuavam com produção de ferro que abastecia toda a região (HOLCOMBRE, 2016). Entretanto, *Koguryo* aparece como um dos primeiros centros coreanos a se estabelecer propriamente como um reino com unidade e organização política (HWANG, 2021).

Em 32 d.C., o líder de *Koguryo* supostamente se autodenominou, pela primeira vez, o título chinês de rei (*wang*). Como consequência da debilitação gradual da dinastia Han chinesa, *Koguryo* começou a saquear suas fronteiras durante o começo do século II. Depois do colapso total da dinastia Han no ano de 220, o sul da Manchúria caiu em um vazio político que foi marcado com o surgimento de Estados *xianbei* não chineses. [...] Em 372, *Koguryo* estabeleceu uma academia para estudos de clássicos chineses e em 373 promulgou seu primeiro código de leis. Em 427, mudou a capital do que hoje é o lado chinês do rio *Yalu*, na Manchúria para os arredores da moderna *Pyongyang*, no norte da Coreia. O foco de atenção de *Koguryo* se voltava cada vez mais para a dominação da península coreana (HOLCOMBRE, 2016, p. 93, tradução nossa).²⁸

²⁷ Texto original: Estos tres pueblos han (*Samhan*) son probablemente los ancestros más directos de los actuales coreanos, en lo que a la lengua y la cultura se refiere, pues la posterior unificación de la península de Corea fue lograda por un reino que surgió de uno de esos pueblos, en el sureste. En el siglo III, sin embargo, ellos estaban aún lejos de la unificación. [...] De acuerdo con fuentes chinas, *Chinhan* y *Mahan* ni siquiera compartían la lengua. *Mahan*, por sí mismo, era descrito como una reunión de más de 50 (así llamados) países (*guo*) en el siglo III.

²⁸ Texto original: En 32 d.C., el líder de *Koguryō* supuestamente se adjudicó, por primera vez, el título chino de “rey” (*wang*). Como consecuencia del debilitamiento gradual de la dinastía Han china, *Koguryō* comenzó a saquear sus fronteras durante el comienzo del siglo II. Después del colapso total de la dinastía Han para el año 220, el sur de Manchuria cayó en un vacío político que fue llenado con el surgimiento de varios Estados *xianbei* no chinos. [...] En 32 d.C., el líder de *Koguryō* supuestamente se adjudicó, por primera vez, el título chino de “rey” (*wang*). Como consecuencia del debilitamiento gradual de la dinastía Han china, *Koguryō* comenzó a saquear sus fronteras durante el comienzo del siglo II. Después del colapso total de la dinastía Han para el año 220, el sur de Manchuria cayó en un vacío político que fue llenado con el surgimiento de varios Estados *xianbei* no chinos.

Essas histórias são encontradas em variadas fontes, em que algumas coletâneas aparecem mais ou menos interligadas que contam a história da Koguryo (XU, 2016). Dessa forma, os registros escritos servem para marcar a história nesse movimento de volta ao passado, concentrados no levante e na derrubada das dinastias ao longo da história da península. Aos povos, então, são atribuídas funções de acordo com os pontos de vistas que os historiadores da época tinham.

Após Koguryo, marcado como a primeira organização política com território definido, o nascimento de uma Coreia como é conhecida atualmente é marcado pela unificação dos três reinos por Silla, por volta do ano 668. É marcante ressaltar que a dinastia Tang (618-906), ainda assim, exercia grande influência cultural, de modo que monges coreanos visitavam-nos para estudar o budismo desde antes desta unificação. Holcomb (2016) atribui a esse grande intercâmbio de estudos religioso a unidade cultural da Ásia oriental, e, portanto, da própria Silla.

Até mesmo a aristocracia coreana (que estava se formando), a japonesa e a chinesa compartilhavam de um sentimento cultural mais próximo do que os próprios camponeses desses países. Dessa maneira, a parte da população que havia recebido algum tipo de educação detinha um cânone literário e uma linguagem muito próxima, de modo que esse compartilhamento de cultura e suas influências, “podem adotar diferentes formas locais, baseadas em variações locais de gosto, experiência e desejo humano quase universal de autoconfirmação” (HOLCOMBRE, 2016, p.122-123, tradução nossa)²⁹, isso se dá pela popularização de escritores e poetas em diferentes locais que não o seu conterrâneo.

A relação diplomática entre Tang e Silla (668-935) contribuiu para que o último alcançasse a unificação e a conquista dos outros dois reinos, Paekche e Koguryo (BEST, 2006). A partir de alianças militares, Silla solicitava o apoio para que vencesse as batalhas com os outros dois. Entretanto, um fator crucial para sua vitória sobre Koguryo foi a instabilidade interna e a morte do rei Kaesomun,

²⁹ Texto original: [...] pueden adoptar diferentes formas locales, basadas en variaciones locales en el gusto, la experiencia y el deseo humano casi universal de autoconfirmación.

pois seus filhos batalharam entre si em busca do poder, tendo um deles ido pedir apoio de Tang (que estabeleceu o reino de Bohai) (XU, 2016). Isso marca, então, a unificação da península pela primeira vez.

A partir da caída de Koguryo em 668, se diz que a dinastia Tang realocou 5% da população total de Koguryo em áreas pouco habitadas do território chinês. Sabe-se que depois uma quantidade surpreendente de pessoas tanto de Koguryo quanto de Paekche com mérito na milícia Tang [...]. Na Coreia, a vitoriosa dinastia Tang, ao que indica, esperava incorporar diretamente a península ao Império Chinês, mas os Tang não desprenderam forças de ocupação suficientes na península para controlar uma resistência decidida. Em 676, Silla havia expulsado os Tang de seu território e, pela primeira vez, a península da Coreia (até um ponto ao norte de Pyongyang), estava unida sob o governo de nativos (HOLCOMBRE, 2016, p. 124-125, tradução nossa).

³⁰

Um dos marcos do período reinante de Silla, foi, com certeza, a derrocada dos soldados Tang para a plena dominação da península. Mas não apenas militarmente, o reino também avançou culturalmente na construção de terminações de sílabas para simplificar o entendimento e a “coreanização” do idioma chinês (HULBERT, 2020).

Dessa forma, como uma das características da identidade, percebe-se que a linguagem é um dos primeiros meios que os povos têm de delimitar sua própria cultura. O Reino de Silla unificado não conseguiu resistir às revoltas, nem insurgências travadas por rebeldes descontentes com a organização. Nem mesmo era capaz de manter a unidade em torno do governo, nem militar. Portanto, a queda de Silla acabava por ser iminente.

Por volta do ano de 918, o reino já estava com seus domínios reduzidos e sem um exército consistente (HULBERT, 2020). Ao logo do ano 900, o reino de Goryeo foi sendo reconhecido e Silla tinha cada vez mais seu poder reduzido. A península foi novamente dividida entre três reinos que adotaram os nomes anteriores, Koguryeo e Paekche e em 935 a península novamente se unificou, agora sobre o nome de Koryeo, cuja capital foi estabelecida em Kaesong a partir

³⁰ Texto original: Tras la caída de Koguryō en 668, se dice que la dinastía Tang reubicó hasta 5% de la población total de Koguryō en áreas poco habitadas del territorio chino. Se sabe que después una sorprendente cantidad de personas tanto de Koguryō como de Paekche sirvieron con mérito en la milícia Tang. En Corea, la victoriosa dinastía Tang al parecer esperaba incorporar directamente la península al Imperio chino, pero los tang no destacaron suficientes fuerzas de ocupación en la península para controlar una decidida resistencia. Para 676, Silla había expulsado a los tang de su territorio y por primera vez la península de Corea (hasta un punto en algún lugar al norte de Pyongyang) estaba unida y bajo el mando de los nativos de aquel lugar.

da teoria chinesa do Mandato do Céu (HOLCOMBRE, 2016). A dinastia que sucedeu Silla trouxe mudanças também significativas para a península. Hulbert (2020, p.264) descreve que “a reforma mais radical instituída foi o estabelecimento de um concurso nacional³¹ semelhante aos realizados na China. Na Coreia é chamado de kwaga”³².

A Ásia Oriental vivenciou muitos e variados momentos em que a paz reinava sobre a região, sem algum combate significativo entre eles. Entretanto, momentos belicosos também se irromperam. O mais marcante culminou na queda de Koguryo, após os ataques constantes de Silla e da China Tang, em 668. Após cerca de sete séculos de paz e certa coexistência pacífica, interrompidos pela insurgência mongol, a China Ming e o Coreia Choson derrotaram as forças japonesas que tentavam invadir a Ásia continental (XU, 2016).

O governo Koryeo resistiu às investidas mongóis até 1270, após 60 anos do início dos conflitos com a China Jin e 30 anos após o início dos embates com a própria Coreia. Pratt (2007, p. 103, tradução nossa) escreve que “camponeses, escravos, monges armaram uma corajosa resistência, mas Kaesong caiu sem muitas dificuldades”³³, de modo que os ataques não eram contínuos, mas os mongóis conseguiram entrar e devastaram quase toda a península, ao que os livros budistas coreanos foram queimados nesses ataques (HOLCOMBRE, 2016). Desse modo, com a instalação de um governo pró-mongol, a península foi finalmente anexada em 1270 ao império mongol. A administração mongol permitiu que os coreanos ainda mantivessem suas áreas de dominação, mas agora, eram submetidos aos chefes supremos mongóis, estabelecidos em Pequim.

Os mongóis mantiveram boas relações com seus vassallos coreanos, já que na Coreia era desejável mantê-las pacíficas e em bons termos (PRATT, 2007), mas destronaram reis várias vezes para que seus interesses se

³¹ Semelhante ao que acontecia na China, os concursos nacionais eram uma maneira de adesão à carreira pública.

³² Texto original: The most radical reform instituted at the advice of this Sang Geui was the establishment of a national competitive examination similar to those held in China. In Korea it is called the kwaga.

³³ Texto original: Bands of peasants, slaves and monks put up brave resistance, but Kaesoŋg fell without much of a struggle.

mantivessem. A cultura coreana também foi sendo aglutinada pelos mongóis de modo que os nomes, os penteados e as vestimentas eram oriundos dos dominadores. Para a Coreia, foi um momento de reconstrução de templos confucianos e da Academia Coreana (HOLCOMBRE, 2016), além disso, todos os herdeiros ao trono coreano eram de descendência mongol e constantemente iam até a China para estudar. O rei Kongmin foi o responsável por afirmar a independência coreana dos mongóis, quando a dominação na China começou a se desintegrar, em 1356 ao romper com os pró-mongóis na Coreia (HOLCOMBRE, 2016).

O pensamento de que a Coreia era a herdeira da civilização confuciana tomou maiores proporções com a queda da dinastia Ming e a instauração de uma nova dinastia chinesa, Qing³⁴. A Coreia Choson já passava por dificuldades de restauração após a investida japonesa, agora, enfrentava por novos obstáculos políticos (XU, 2016). Dessa forma, “o orgulho na civilização coreana estimulou um interesse no estudo a história e cultura coreana sem precedentes” (XU, 2016, p. 68)³⁵.

A partir disso, foi exaltado o próprio jeito coreano para a resolução e condução das políticas, em um considerável tipo de independência cultural. Dessa maneira, os costumes nativos voltaram a ser exaltados e a forma de fazer política era voltada para dentro, ou seja, de modo a manter a unidade, tanto governamental, quanto social (KIM, 2014). Nesse momento, as mulheres não eram excluídas da vida social e detinham direitos como os homens.³⁶

A maneira com que Koryo manejava o governo, refletia a contínua permanência das tradições nativas. Wan Kon, por exemplo, buscou alianças matrimoniais com os senhores locais para fortalecer sua posição[...]. Ainda que os sobrenomes já tivessem aparecido nos tempos da dinastia Koryo, algumas dessas antigas práticas matrimoniais se mantiveram. Por exemplo, um homem jovem casado vivia com bastante frequência com a família da esposa e, se um homem tivesse várias esposas, todas eram esposas legítimas, em vez de secundárias ou concubinas no estilo chinês. Desse modo, as mulheres de Koryo seguiam desfrutando comumente do mesmo direito

³⁴ Destaca-se que, junto com a dinastia Yuan dos Mongóis, a dinastia Qing, dos Manchu, foi outra dinastia estrangeira que conquistou a China Han.

³⁵ Texto original: the pride in Korean civilization stimulated an unprecedented interest in the study of Korean culture and history.

³⁶ Comparativamente a outras sociedades na Ásia Oriental, as mulheres coreanas detinham pouco mais direitos, mas ainda assim mantinham uma relação inferior à camada masculina da sociedade.

que seus irmãos a uma parte igual da herança familiar (HOLCOMBRE, 2016, p.158, tradução nossa.)³⁷.

Esse momento da história representou também um afastamento da China, momento em que Koryeo começou a se tornar mais essencialmente coreana. A administração era formada por senhores em um sistema similar ao sistema feudal europeu, mas ainda centralizada em um rei. Os exames públicos ainda exerciam bastante influência sobre a população, ao passo que a aristocracia era mais prestigiada que os militares. Isso culmina em um golpe militar, devido à insatisfação desta classe contra a prestígio civil. A ditadura militar coreana “coincide curiosamente com a instalação do shogunato no Japão” (HOLCOMBRE, 2016, p. 160)³⁸ e se encerra a partir da conquista mongol na Ásia Oriental.

3.4 O estabelecimento da Coreia Moderna: a Era Joseon (1392-1897)

O ano de 1392 marca o início da era moderna para a Coreia, com o estabelecimento da dinastia Joseon. O responsável por essa fundação foi Yi Seong-gye, conhecido como rei Taejo (HOLCOMBRE, 2016; HULBERT, 2020) e de seus descendentes, 25 reis marcaram a mais longa dinastia da Coreia e a capital foi, novamente, mudada de lugar ao que hoje é Seul (PRATT, 2007). O período Joseon marca momentos muito importantes para a Coreia, como a definição das fronteiras ao norte a partir dos cursos dos rios Yalu e Tumen e a promulgação do alfabeto oficial coreano.

Durante o reinado do especialmente conhecido como rei Sejong, a fronteira norte se estabilizou finalmente de forma permanente na linha dos rios Yalu e Tumen. O alfabeto coreano nativo, comumente chamado de Hangul, também foi promulgado de maneira oficial pelo rei Sejong em 1446, a diferença das silábicos kana japoneses, este é um verdadeiro alfabeto com 28 símbolos e, além disso, é uma invenção

³⁷ Texto original: La manera en que Koryŏ manejaba el gobierno reflejaba la continua permanencia de las tradiciones nativas. Wang Kŏn, por ejemplo, buscó alianzas matrimoniales con los señores locales para fortalecer su posición [...]. Aunque los apellidos ya habían aparecido en los tiempos de la dinastía Koryŏ, algunas de estas antiguas prácticas matrimoniales nativas se mantuvieron. Por ejemplo, un hombre joven casado vivía con bastante frecuencia con la familia de su esposa y, si un hombre tenía varias esposas, todas eran esposas legítimas, en lugar de esposas secundarias o concubinas al estilo chino. Asimismo, las mujeres de Koryŏ seguían gozando, comúnmente, del mismo derecho que sus hermanos a una parte igual de la herencia familiar.

³⁸ Texto original: [...] Coincide curiosamente con el establecimiento casi simultáneo del shogunato y la dominación guerrera en Japón.

totalmente independente, não derivada dos caracteres chineses como os kana japoneses (HOLCOMBRE, 2016, p.162, tradução nossa).³⁹

Para as questões identitárias-culturais, marca-se os exames de funcionalismo públicos a partir do modelo chinês, além de que os casamentos eram permitidos e feitos a partir da mesma classe social. A sociedade coreana no início desse período foi marcada por uma grande diferença social, onde a elite era composta pelos Yangban, os funcionários públicos, a segunda camada era composta de os plebeus pobres e uma terceira camada, a dos escravos (HOLCOMBRE, 2016; PRATT, 2007).

Após a morte de Sejong, um momento de instabilidade alcança Joseon, pois o primeiro rei a sucedê-lo mantinha um pensamento confucionista enraizado na prestação de respeito para seu pai, de modo que sua saúde foi se deteriorando ao longo do tempo e sua morte fez ascender seu filho que foi assessorado pelo tio, o príncipe Suyang, que diferentemente do irmão, era considerado ambicioso e poderoso (HOLCOMBRE, 2016) que, mais tarde, destrona o sobrinho e assume o poder. O período é marcado por conspirações, dado que a população não apoiava o usurpador e o novo rei tentava manter a glória obtida por seu pai. Além disso, o exagero do rei também é notado nas ações empreendidas em seu reinado.

Em 1469, seu filho já rei morre e seu primo é declarado rei. Dessa forma, pela baixa idade do rei, sua tia e mãe do rei Yejong atua como rainha regente de Joseon e seu reinado é marcado pelo crescimento das relações exteriores (HULBERT, 2020). O budismo, durante esse período é desacreditado, de modo que

Ele [o rei Sungjong] era declarado inimigo do budismo e, tendo retirado os monges, ele continuou sua investida contra os conventos budistas em Seul. Ele os destruiu e os forçou a voltar para o interior, existiam 23 desses conventos em Seul, à época. A rainha Mãe se aposentou da regência em 1477 e o rei, assumindo sua total autoridade, continuou o trabalho de acabar com a influência budista. [...] Ele também foi um reformador moral, para tanto, fez uma lei contra as mulheres dançarinas e ordenou que os meninos deveriam aprender a dançar

³⁹ Texto original: Durante el reinado del especialmente reconocido rey Sejong (r. 1418-1450), la frontera norte se estabilizó al fin de forma permanente en la línea de los ríos Yalu y Tumen. El alfabeto coreano nativo, comúnmente llamado hangül, también fue promulgado de manera oficial por el rey Sejong en 1446. A diferencia de los silabarios kana japoneses, éste es un verdadero alfabeto, con 28 símbolos, y además es una invención por completo independiente, no derivada de los caracteres chinos como los kana japoneses.

para que substituíssem as infelizes mulheres (HULBERT, 2020, p. 428, tradução nossa).⁴⁰

O Confucionismo, por outro lado, era uma filosofia que dominava o pensamento e a sociedade da época, numa constatação de pressão para que as ideias confucionistas fossem adotadas e seguidas (YANG; HENDERSON, 1953). Por tanto, “os coreanos Joseon tardios chegaram a sentir que custodiavam melhor uma sociedade confucionista correta aos chineses degenerados que caíram a um governo estrangeiro manchú” (HOLCOMBRE, 2016, p. 163, tradução nossa)⁴¹.

Os eventos que se sucederam na Coreia estão ligados, muito particularmente, às sucessivas invasões japonesas que começaram na década de 1590 (PRATT, 2007). De modo particular, a Coreia seguiu um desenvolvimento diferente do que aconteceu na China e no Japão. Com o constante contato entre os europeus e esses dois países, a Coreia manteve uma política mais isolacionista, em que o sistema tributário chinês continuou a vigorar, sem comércio significativo, mas as relações com o Japão foram cortadas tanto diplomáticas quanto comerciais.

De certa maneira, a identidade sul-coreana foi sendo construída à medida em que as relações com a China foram se desenvolvendo, tendo eruditos migrados para lá para estudar e aperfeiçoar o modo de se fazer a religião e os costumes para a Coreia, principalmente relacionado aos estudos do Budismo e Confucionismo na península. Essa instauração provocou avanços e regressões conforme a sociedade foi ficando complexa, em que momentos a própria cultura da península importava mais do que a advinda da China ou de outras regiões da Ásia Oriental.

⁴⁰ Texto original: He was the determined foe of Buddhism and, having driven out the monks, he now proceeded against the Buddhist convents in Seoul. He broke them up and made them remove to the country. There were twenty-three of these convents in Seoul at the time. The Queen Mother retired from the regency in 1477 and the king, assuming his full authority, continued the work of demolishing Buddhistic influence. [...] He seems to have been also a moral reformer, for he made a law against dancing-girls and commanded that boys be taught to dance and to take the place of those unfortunate women.

⁴¹ Texto original: De hecho, los Chosŏn coreanos tardíos incluso llegaron a sentir que eran mejores custodios de una correcta civilización confuciana que los chinos degenerados, quienes habían caído bajo el gobierno extranjero manchú.

Marcos importantes da separação podem ser considerados: a primeira tentativa foi a criação de partículas modais que vinham ao final das palavras para que tornasse menos complexo o idioma chinês para os coreanos e o segundo a instauração do Hangul pelo rei Sejong (LEDYARD, 1966), pois isso demonstra definitivamente uma ruptura idiomática e uma independência linguística para que a população toda alcançasse algum tipo de letramento, mesmo que para a elite o chinês continuava sendo um idioma indispensável para a prestação de concursos públicos.

Os movimentos religiosos e a autoafirmação de que a Coreia seria a real herdeira do Confucionismo demonstram também a independência ideológica procurada pelos coreanos como uma forma de proteger o espectro nativo como o principal, a partir da derrocada chinesa pelos povos manchú. É de bastante relevância a retomada da perseguição contra os budistas, pois retoma a essa importância dada ao confucionismo como religião de Estado para a Coreia (ainda que denominada Joseon).

As séries de dominações sofridas pela península e a retirada de sua individualidade a partir da imposição dos costumes de outros povos é um outro fator que demonstra a capacidade de aglutinação e reinvenção garantida pelos coreanos para que fosse sendo restabelecido costumes antigos. A retomada dos nomes de antigos reinos como foi com o segundo período de Koguryo e Paekche e a retomada do nome Joseon como uma forma de se manter a identidade dos coreanos antigos e reclamar para si o estado de espírito nacional e posteriormente individual da grande glória coreana e sua descendência do divino, como é marcada na história antiga do país. Entretanto, a queda da dinastia Joseon e a invasão japonesa em 1910 marca para a Coreia um novo estado de dominação, agora a partir da colonização.

4. A expansão japonesa

O Japão tornou-se potência na Ásia a partir de campanhas de dominação e conquista de territórios que aconteceram pelo continente e pelas ilhas do Pacífico. A situação de sua modernização que levou, posteriormente, à conquista da península coreana, a vitória sobre a Rússia e a China e o alinhamento à Alemanha nazista preocupou as potências europeias, o que gerou diversas tentativas de contenção de seu expansionismo e das ameaças que poderiam resultar do fortalecimento bélico japonês.

Dessa maneira, esse capítulo tem como objetivo compreender o avanço japonês no continente asiático a partir de suas áreas de dominação, e principalmente, como o país insular se desenvolveu como potência. Assim, o expansionismo japonês foi estudado partindo dos conflitos com a China e a Rússia entre o fim do século XIX e XX, a anexação da península coreana e a substituição dos costumes coreanos por japoneses.

4.1 O expansionismo japonês e as áreas de dominação na Ásia

As relações na Ásia Oriental são, em muito, pautadas na importância histórica e geográfica desempenhadas pela China, Rússia e Japão – pelo menos até a Segunda Guerra Mundial. O Japão, por exemplo, possuía como vantagem sua localização geográfica (SILVA, 2010) e seu território formado por ilhas que estavam afastadas do continente. Sua segurança estaria pautada na existência do Mar do Japão e pela Marinha de Guerra Imperial que, de acordo com Silva (2010, p. 1) foi “criada em 1868 e considerada, na década de 1880, uma das mais modernas”.

O Japão temia ter o mesmo destino da China, uma civilização poderosa e milenar que havia sido subjugada em questão de décadas por ter se oposto aos interesses ocidentais na região. Essa necessidade de resposta diante do que estava acontecendo no resto da Ásia, e a pressão ocidental no Japão, levam o Japão a buscar modernizar sua sociedade e suas instituições visando os padrões ocidentais (OLIVEIRA, 2022, p. 2).

O primeiro-ministro Aritomo Yamagata (1838-1922) cuja gestão aconteceu de 1889 a 1891 buscou formular uma política que validasse a invasão da península coreana sob pretexto de proteger as ilhas japonesas caso houvesse algum tipo de controle de alguma nação ocidental (MACEDO, 2017). O avanço imperialista japonês inicia-se com a restauração Meiji, ao que, nas palavras de Dias (2019, p.17) “de 1894 a 1910, percebeu-se um Japão imperialista por razão de seus conflitos com a China, a Rússia e a Coreia, sendo essa última anexada ao território japonês, com objetivo de expandir seu território e seu acesso a matérias primas” junto a esse período, o país passa por uma série de inovações tecnológicas e industriais que servem de apoio para seu crescimento.

Em outras palavras, o expansionismo neocolonial das potências europeias foi tomado como política pelo Japão, desejoso de se equivaler ao Ocidente, mas era circundado por outros elementos contextuais essenciais que eram muito diferentes daqueles vivenciados pelos poderes ocidentais no período. O Japão, ao contrário dos demais países imperialistas da época, enfrentou a quebra desse sistema unipolar sino-cêntrico em que se inserira por milhares de anos, a partir da queda e derrocada chinesa frente à Grã-Bretanha na Guerra do Ópio, gerando grande instabilidade e desequilíbrio regionais, e a preocupação em se equivaler ao Ocidente era temperada não somente pela competitividade e desejo de reconhecimento, mas também pelo temor de cair vítima do colonialismo como seus países vizinhos (REIS, 2015, p.47-48).

Além disso, as reformas que o país sofria também são marcos essenciais para a compreensão desse período, já que a partir deste, essa modernização social aparece, mesmo que ainda não haja a presença de classes mais populares no sistema político, já que “os pilares necessários para a modernização japonesa eram a centralização do poder, a industrialização e o incremento das forças militares japonesas” (DIAS, 2019, p.20-21).

Entretanto, o a modernização trazida ao Japão não se restringiu ao território nipônico. A Coreia também sofreu grandes alterações em sua sociedade devido a chegada dos imperialismos, dessa maneira, as cidades foram sendo modernizadas com as construções de ferrovias que recebiam financiamento estadunidenses e japoneses. Para além disso, a infraestrutura também mudava a vida cotidiana dos coreanos com a implementação da energia elétrica e a importação da arquitetura ocidental. Pela primeira vez, o antigo reino eremita mostrava-se cosmopolita e incluído no mundo que cada vez mais se modernizava.

Apesar da perda de independência do país, esse período trouxe importantes mudanças que marcam o nascimento da Coreia Moderna. A entrada da Coreia no mundo de imperialismo alterou profundamente a sociedade. No início do século 20, as forças da modernização foram sentidas por todo o país. Construções ferroviárias, financiadas por companhias japonesas e estadunidenses começaram em 1896; Seul estava sendo abastecida com eletricidade, prédios de arquitetura ocidental mudavam o rosto da cidade. Cidades portuárias como Busan e Incheon estavam tendo uma atmosfera cosmopolita (SETH, 2009, p.37).

O sentimento nacionalista acaba, então, por influenciar conflitos entre o Japão e outros países, principalmente com a China e a Rússia no fim do século XIX e início do século XX. É importante ressaltar que havia um acordo de não-intervenção na península coreana sino-japonês, ou seja, os dois países não tomariam atitudes nem se envolveriam em assuntos da Coreia⁴².

A restauração Meiji teve uma característica mais voltada para a modernização e estabelecimento das classes burguesas como protagonistas, de modo a não aumentar a representatividade política de classes que contavam com mais pessoas marginalizadas da sociedade e, conseqüentemente, excluídas da vida política. Mesmo que essa tentativa de revolução, de modernização técnico-científica e burocrática, além da militar, o modelo de vida baseado na hierarquia não se alterou. A classe popular viu-se mais uma vez afastada das decisões políticas.

Conceber a Restauração Meiji como uma contra-revolução é no sentido de que as lideranças não abriram espaços para a representatividade política das classes populares, e de que as transformações sócio-econômicas do país, promovidas pelas forças políticas hegemônicas, possuíam por objetivos a implementação de reformas nos meios de produção técnico-industrial, burocrático, financeiro e militar sem que estas alterassem as hierarquias sócio-políticas consolidadas. A sociedade japonesa permaneceu altamente hierarquizada e, a partir dessa estrutura social, foi costurado um sistema de legitimação como contra-peso para compensar a falta de um envolvimento real do povo japonês na implantação do regime que substituiu o xogunato Tokugawa (SILVA, 2010, p.2).

Em 1873, o Japão mobilizou uma comitiva em direção à Ilha de Formosa cuja administração havia sido abdicada pelo soberano Qing (SILVA, 2010). A invasão foi validada a partir do Acordo de *Kanghwa* (1876), em que a Coreia se viu instruída pelos japoneses em variadas áreas, como o sistema educacional, a economia e até mesmo a estrutura política (MACEDO, 2017). Mas não

⁴² O termo "Coreia" diz respeito à península coreana antes da divisão.

exclusivamente pelo Japão, o país se viu parte de tratados desiguais por outras nações que aproveitavam da fragilidade coreana para fazer valer suas intenções.

A Coreia – conhecida como reino eremita – por questões geográficas, se firmou como ponte entre o Japão e a China e acabou se configurando como o corolário do conflito entre o Império do Meio e a Terra do Sol Nascente. Após a assinatura do Tratado de Kangwha (1876) entre Coreia e Japão, outras nações tentaram e conseguiram estabelecer tratados desiguais com o reino coreano (OLIVEIRA, 2018, p.32).

Isso acaba sendo um ponto de conflito com a China mais uma vez, pois a Coreia apresentava certa dependência política e econômica deste país, mas ressalta-se que as áreas de influências almejadas pelo Japão não se restringiram exclusivamente à Península Coreana e à China, mas foi também levada a Taiwan e a Manchúria (ALMEIDA, 2021).

Dois anos depois, em 1876, o Japão e a China tiveram novo desentendimento, agora pela península coreana. Em 27 de fevereiro daquele ano foi firmado o Tratado de Amizade Japão-Coreia, e nele se estabeleceu a abertura dos portos coreanos à marinha mercante e aos produtos japoneses. A situação coreana era extremamente delicada, era politicamente (sic) ligada à China e economicamente frágil. No ano de 1882 o reino Coreano foi afligido por uma seca, diminuindo drasticamente a produção de alimento, com isso a sua fragilidade econômica (sic) ficou ainda mais grave, fazendo o governo atrasar o pagamento dos funcionários civis e militares. O descontentamento da população e dos militares culminou com uma revolta (SILVA, 2010, p 6).

A situação tributária da Coreia, em relação à China, a colocava numa posição que trazia consigo uma longa história política não condizente com a situação econômica. Ainda que muito dependente da China, a Coreia não conseguia sustentar uma economia que conseguisse se sustentar. As greves e revoltas resultantes da seca resultou em saques e motins por Seul, que inclusive atacaram os japoneses que estavam em delegação na cidade.

Isso, claramente, foi utilizado como uma espécie de cortina de fumaça pelo Japão para que se justificasse a intervenção que a Coreia sofreria como uma maneira de se conter o avanço dos revoltosos. Isso resulta no Tratado de Chemulpo e na prestação de contas da Coreia ao Japão em forma de compensação às perdas das famílias japonesas e os custos que o Japão teve pela intervenção.

Os revoltosos saquearam os armazéns e celeiros públicos em Seul e, no dia seguinte, o palácio real e os quartéis da cidade foram invadidos. As hostilidades também atingiram a delegação japonesa na cidade,

fazendo algumas vítimas e tendo os sobreviventes que abandonar a cidade. Usando por justificativa esse episódio e por motivo a necessidade de assegurar os interesses japoneses na península coreana, foram enviados quatro navios de guerra e uma brigada mista com 4.500 soldados. Normalizado o motim, firmou-se o Tratado de Chemulpo, em 30 de agosto daquele ano, nele foi especificado que o Reino da Coreia repararia em 50 mil yens os familiares das vítimas japonesas e indenizaria em 500 mil yens o governo japonês (SILVA, 2010, p. 6).

Desse modo, inicia-se um momento em que a península coreana se vê completamente dividida entre Japão e China justamente pelos constantes conflitos entre os dois países por uma questão geopolítica que considerava a península importante para ambos os países. Principalmente porque “na década de 1890, os *policy makers* japoneses viram a necessidade de se criar um Japão exportador de manufaturados, e essa transformação passava pela busca de mercados e de áreas que pudessem oferecer matérias-primas da indústria pesada” (URAMOTO, 2018, p.14), pois nessa lógica expansionista, o Japão acabava por não conseguir suprir a demanda industrial para seu desenvolvimento.

Apesar de o exército japonês ter utilizado armamento e equipamentos ocidentais, o Japão foi reconhecido como uma das primeiras potências mundiais e sua situação passou a ser considerada em todas as agendas das nações ocidentais. Mais ainda, gerou na população japonesa uma sensação de invencibilidade das tropas, o que nelas depositou uma confiança cega. A atitude bélica que demonstrou o Japão durante as décadas seguintes fora, sem dúvidas, encorajada pela vitória de Togo em Tsushima (MAFFEO, 2004, p.9, tradução nossa)⁴³.

As vitórias do Japão sobre a China, em especial as que resultaram na anexação da ilha de Taiwan e a península Liaodong a partir do Tratado de Shimonoseki (1895) causaram indignação em potências europeias, como França e Alemanha, além da Rússia, o que os faz intervir para a retirada do Japão dos territórios ocupados (MACEDO, 2017, p. 73). Silva (2010) também discorre sobre as reivindicações japonesas sobre os territórios ocupados pela Alemanha ao fim da Primeira Guerra Mundial, em que os arquipélagos das Marianas, Marshall, Palau, Carolinas e Shandong foram concedidas ao Japão

⁴³ Texto original: A pesar de que los ejércitos japoneses habían utilizado armamento y equipo occidental, Japón fue reconocido como una de las primeras potencias mundiales, y su situación pasó a ser considerada en las agendas de todas las naciones occidentales. Más aún, se generó en el pueblo japonés una sensación de que sus tropas serían invencibles, depositando una confianza ciega en ellas. La actitud beligerante que demostró Japón durante las décadas que seguirían fueron sin duda, alentadas por la victoria de Togo en Tsushima.

Esse movimento de ocupações japonesas acaba resultando no levante do Japão contra o Ocidente, como mencionado por Oliveira (2018, p. 31), “o fato é que na transição do século XIX para o XX, o Japão deixa seu lugar de subordinado às potências ocidentais para se tornar a principal potência asiática e por consequência, capaz de fazer frente aos países que subjugarão o Extremo Oriente.”

Tendo interesses próprios na Coreia e na Manchúria, a Rússia se viu ameaçada com a entrega da península de Liaodong aos japoneses, pois o território coreano fazia fronteira com a Rússia, assim como Liaodong com o norte da Manchúria, que se encontrava em território russo. Observando o sucesso do expansionismo japonês, Rússia, França e Alemanha formaram uma aliança de Intervenção Tripartida logo que o Tratado de Shimonoseki foi assinado, na tentativa de refrear a ameaça que os japoneses haviam se tornado no Extremo Oriente (OLIVEIRA, 2018, p. 35).

Dessa forma, o Japão passa a administrar de forma mais concisa seu poderio militar para fazer frente aos territórios da Ásia que pretendia conquistar. Entretanto, o Império japonês vê uma oportunidade de intervir na revolta camponesa coreana, o que resulta na Primeira Guerra Sino-Japonesa, pois a China decide defender seus interesses após o envio de expedições militares japonesas para a península (DIAS, 2019, p.25).

Já Reis (2015, p.50), ao direcionar os estudos para Rússia e Japão, aborda que “com efeito, as tensões com a Rússia intensificavam-se cada vez mais e a disputa de influência entre os dois países com relação à Coreia atingira níveis críticos, culminando em 1904 na Guerra Russo-Japonesa, com [...] terríveis consequências para civis da China [...]”. Além disso, acaba enfrentando a Rússia na guerra Russo-japonesa (1904-1905) cujo estopim pode ser considerado os acordos feitos entre a Rússia e a Coreia⁴⁴ sobre o rio Yalu (OLIVEIRA, 2018). A vitória japonesa, então, altera a inserção internacional do Japão, bem como sua própria posição como possível *hegemon* na Ásia.

4.2 O imperialismo japonês na Coreia

Em 1910, o Império do Japão anexa a Coreia já baseando-se na ideia do pan-asiatismo, em que o próprio seria o grande líder dos países asiáticos numa

⁴⁴ O termo “Coreia” se refere à península coreana unificada.

empreitada para conseguir o levantar dos países do continente como *players* importantes e protagonistas no cenário internacional, sob uma união asiática. A Coreia era vista como um ponto vital para o Japão (HOLCOMBRE, 2011), o que resultou na, já mencionada, Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e em grandes conquistas para o Japão.

No início da guerra, o governo coreano tentou permanecer neutro, mas as tropas japonesas ocuparam Seul e os coreanos se viram obrigados a aceitar os assessores recomendados pelos japoneses, com poder inclusive, para aprovar decisões a nível de gabinete coreano. Depois da guerra, em 1905, a Coreia continuou reduzida a um protetorado japonês. O oligarca Meiji Ito Hirobumi – arquiteto da Constituição Meiji e primeiro primeiro-ministro do Japão – foi convocado para servir como primeiro residente geral do Japão na Coreia. Porém, o imperador Kojong já havia aceitado o protetorado japonês apenas sob coação, se é que o fez, e em 1906 e 1907 apelou publicamente ao apoio mundial contra o Japão e em particular com o envio de uma missão a uma conferência de Paz em Haya, nos Países Baixos (HOLCOMBRE, 2011, p. 272, tradução nossa)⁴⁵.

Fica claro que o domínio japonês já havia sido imposto e todas as decisões tinham que ser passadas pelo residente japonês. Houve também o estabelecimento de guerrilhas anti-japonesas, porém o exército japonês era muito maior que as forças coreanas e “a presença japonesa total na Coreia se expandiu rapidamente, multiplicando-se por 10 entre 1900 e 1910. Na cidade portuária do Sul, Busan, a metade da população chegou a ser japonesa e grande parte da cidade foi construída por japoneses” (HOLCOMBRE, 2011, p.272, tradução nossa)⁴⁶.

A presença japonesa mesclava-se com outros fatores de superioridade racial, uma vez que o Império se acreditava superior aos demais povos asiáticos e se considerava seu líder legítimo visto que

a dualidade da percepção japonesa da Coreia determinou a natureza do colonialismo japonês na Coreia. Similarmente com o imperialismo ocidental, as políticas coloniais japonesas foram baseadas em uma

⁴⁵ Texto original: Al inicio de la guerra, el gobierno coreano había intentado permanecer neutral, pero las tropas japonesas ocuparon Seúl y los coreanos se vieron obligados a aceptar a los asesores recomendados por los japoneses, con poder incluso para aprobar decisiones a nivel del gabinete coreano. Después de la guerra, en 1905, Corea quedó reducida a un protectorado japonés. El oligarca Meiji Ito Hirobumi —arquitecto de la Constitución Meiji y primer primer ministro de Japón— fue convocado para fungir como primer residente general de Japón en Corea. Pero el emperador Kojong había aceptado el protectorado japonés sólo bajo coacción, si es que lo hizo, y en 1906 y 1907 apeló públicamente al apoyo mundial contra Japón, en particular con el envío de una misión a una conferencia de paz en La Haya, Países Bajos.

⁴⁶ Texto original: la presencia japonesa total en Corea se expandió rápidamente, multiplicándose por 10 entre 1900 y 1910. En la sureña ciudad portuaria de Pusan, la mitad de la población llegó a ser japonesa y gran parte de la ciudad fue construida por los japoneses.

hierarquia étnico-racial que colocava os japoneses acima dos coreanos e a missão civilizatória destes últimos justificaram política e etnicamente o colonialismo japonês. A anexação da Coreia em 1910 completou a missão japonesa de se transformar em um igual dos impérios ocidentais que foram sustentados pela inclusão imperial e a hierarquização racial (BALIBAR, 1991 apud SEO, 2021, p. 8, tradução nossa)⁴⁷.

O Japão também construiu diversos serviços para a modernização coreana por intermédio de empréstimos concedidos por ele, o que resulta numa grande dívida da Coreia para o Império, dessa forma, utilizando-se da dívida como pretexto, e a partir do assassinato de Ito Hirobumi em 1909 por um coreano nacionalista, a Coreia foi anexada oficialmente em 1910 como colônia japonesa (HOLCOMBRE, 2011, p. 273). O governo colonial foi extremamente intervencionista, de modo que a presença dos colonos japoneses na Coreia foi bastante intensa para uma colônia.

Ainda assim, a visão de que os coreanos foram vítimas passivas da influência externa é errônea (SETH, 2012), visto que muitos fazendeiros e donos de terras se aproveitaram das oportunidades que foram surgindo com essa influência. Muitas famílias mandaram seus filhos para escolas que foram abertas, bem como tiraram bom proveito dos novos postos de emprego que também eram abertos, além do surgimento de uma nova classe de empreendedores. Novas oportunidades também surgiram de um ponto de vista religioso, visto que as mensagens e histórias sobre reformas, principalmente sobre os Estados Unidos criavam um mundo de interesse para os coreanos que tinham acesso à educação.

4.3 A Coreia colonial

O primeiro momento de colonização japonesa foi percebido como um período de dominação militar, na qual a repressão contra coreanos foi massiva. Isso se deu durante a década de 1910 até aproximadamente 1919. Ainda que reprimidos, os coreanos mantiveram tradições familiares que os mantinham

⁴⁷ Texto original: The duality of the Japanese perception of Korea determined the nature of Japanese colonialism in Korea. Similar to Western imperialism, Japanese colonial policies were based on an ethnic/racial hierarchy that positioned the Japanese above the Koreans, and the former's civilisational mission politically and ethically justified Japanese colonialism. The annexation of Korea in 1910 completed the Japanese mission of becoming an equal to the Western empires that had been sustained by imperial inclusiveness and racial hierarchization.

como resistência pacífica, de modo que o sistema familiar coreano aparece como um “caso de não mudança colonial por excelência” (HA, 2012, p.70). Durante esse momento, o Japão encontrava-se com certa facilidade de domínio, na qual não parecia haver mudanças muito graves, até que no ano de 1919 isso muda com o movimento de Primeiro de Março.

A primeira década de 1910-19 de domínio japonês na Coreia foi um período de dominação militar⁴⁸ no qual os coreanos não tiveram nenhuma liberdade política ou [outras] liberdades. A colônia japonesa de Chosen era aparentemente tranquila e parecia que o status quo poderia ser perpetuado sem muita dificuldade. Entretanto, na primavera de 1919, o movimento de 1º de Março estourou. Esse movimento de independência nacional, que começou com uma demonstração pacífica em massa em Seul e em outras cidades nortenhas e maiores, se espalhou rapidamente por toda a península coreana [...]. Apesar da brutal repressão pela guarda colonial, a revolta perdurou por semanas e cobriu toda a península (KIM, 2012, p. 76, tradução nossa)⁴⁹.

Historicamente é perceptível que o momento da colonização trouxe sequelas para o povo coreano que culminaram em uma das grandes tragédias da história moderna: a separação da península. Como é de se esperar, movimentos coloniais agem com certos tipos de rigores que têm por objetivo minar a essência do colonizado, de modo a considerar a cultura do colonizador como o centro da discussão, aparecendo como modernizante, melhores e mais modernos em detrimento das práticas e costumes locais. Essa forma de pensar a colonização é, também, subdividida em duas formas de análises que formam paradigmas para o estudo, a que Ha chama de Ortodoxa e Revisionista.

Estudos da dominação japonesa na Coreia foram dominados por dois paradigmas diametricamente opostos que podem ser descritos como ortodoxo e revisionista. A interpretação ortodoxa é bem conhecida pelo seu tom nacionalista que foca na dependência e arbitrariedade política, no controle e na repressão social, exploração econômica e a perda da identidade cultural. A abordagem revisionista é amplamente difundida com uma mudança econômica positiva, influências socioculturais

⁴⁸ Budan Seiji (KIM, 2012).

⁴⁹ Texto original: The first decade 1910–19, of Japanese rule in Korea was a period of military rule (budan seiji) during which Koreans did not have any political freedom or liberties. Japan’s colony of Chōsen was outwardly tranquil, and it seemed that the status quo could be perpetuated without much difficulty. However, in the spring of 1919, the March First movement broke out. This national independence movement, which began as peaceful mass demonstrations in Seoul and other large, northern cities, spread rapidly throughout the Korean peninsula [...]. Despite brutal suppression by the colonial gendarmerie, the uprising lasted for several weeks and covered the entire peninsula.

modernas sob o domínio japonês e na hegemonia cultura (HA, 2012, p.39-40, tradução nossa).⁵⁰

De toda maneira, as duas formas de análise compartilham entre si certo grau de metodologias que se assemelham. Entretanto, a visão ortodoxa apresenta um caráter mais voltado para os efeitos étnicos e sociais causados pelo colonialismo, enquanto a visão revisionista tenta justificar o crescimento atual da Coreia do Sul com base na colonização ou seja, dá a ela um caráter mais positivo no sentido de que foi benéfica para a sociedade.

Uma abordagem mais recente foca nas interações entre áreas nacional, colonial e moderna na Coreia colonial. Ela critica a abordagem ortodoxa com foco nas interpretações nacionalistas das mudanças sociais da colonização. [...] Tenta demonstrar como o povo coreano, embora limitado pela influência individual, não foram simplesmente coagidos mas interagiram com sua própria vontade com outras esferas. Do lado contrário, a hegemonia japonesa não foi completamente baseada na força (HA, 2012, p.41)⁵¹.

Isso se alinha a parâmetros que levam em consideração a própria resistência coreana e não a completa submissão. Além disso, percebe-se que as intervenções japonesas nesse período não são apenas como forçadas a partir de um modelo violento de inserção, mas que leva em consideração outras formas de se fazer governar. Em muito, isso acaba passando a própria análise ortodoxa da historiografia coreana para o período colonial, pois denota ao Japão o papel do agressor.

A invasão japonesa é vista como a outra das duas piores tragédias da história pelos coreanos (SETH, 2009). Ainda assim, mesmo que o colonizador exercesse papel determinante para que os coreanos fossem contidos, a população não se manteve passiva. Desta maneira, variadas revoltas foram surgindo e se fortalecendo ao longo da península contra o protetorado japonês assim, “grupos de guerrilha foram organizados em várias partes do país, desde

⁵⁰ Texto original: Studies of Japanese colonial rule in Korea have long been dominated by two diametrically opposed paradigms that may be described as orthodox and revisionist. Orthodox interpretation, well known for its nationalist coloration, focuses on political dependency and arbitrariness, social control and 40 Yong Chool Ha repression, and economic exploitation and the loss of cultural identity. The revisionist approach is largely concerned with positive economic change, modern sociocultural influences under Japanese rule, and cultural hegemony.

⁵¹ Texto original: A more recent approach focuses on interactions among national, colonial, and modern arenas in colonial Korea. It criticizes the orthodox approach's exclusive focus on nationalistic interpretations of colonial social changes. [...] It attempts to show how the Korean people, though limited by individual leverage, were not simply coerced but interacted on their own volition with the other spheres. On the opposite side, Japanese hegemony was not completely based on force.

Cholla no Sudoeste até Hamgyong no Nordeste” (SETH, 2009, p. 35, tradução nossa)⁵².

Isso porque essa existência não está subordinada apenas à própria existência do Japão enquanto dominador, nem com a Coreia do Sul enquanto dominada - e criada. Enquanto essa dicotomia entre dominador e dominado existe, o sentimento nacional sul-coreano coexiste com o vilão japonês, pois é dele que o imaginário coletivo é construído de modo a tratar o outro como um constante antagonista. Além disso, esse antagonismo japonês é algo latente para que haja o resgate da memória pertencente à dominação da sociedade.

A identidade nacional sul-coreana não pode ser separada da sua relação com a onipresença e banalidade do antagonismo japonês. Esses discursos, embora não sejam exatamente “banais” (eles estão longe de inconscientes), são evidentes no estabelecimento do Estado-nação da Coreia do Sul. Além de frases comuns como “meus companheiros coreanos” ou “meus compatriotas” lembretes mais evidentes da história colonial da Coreia solidificam a lealdade nacional (LEE, 2013, p.5, tradução nossa)⁵³.

A resposta coreana às mudanças internacionais não fora suficiente para que conseguissem emitir respostas imediatas e a adequação necessária para que não fossem engolidos pelas mudanças sociais que o sistema internacional impunha, principalmente voltado para o ocidente que, cada vez mais, buscava ampliar seu escopo de influência no oriente. A posição geopolítica da Coreia acabava por não facilitar essa característica, pois estava rodeada de gigantes que ingeriam constantemente em seu território.

Um ponto primário para discussão pode ser considerado a própria ideia de “nação” trazida pelo Japão, ainda que exista historiadores que marcam que a ideia de nação coreana já existia, mas que não traz à tona a mesma conotação de nacionalismo que existe atualmente (LEE, 2012). Dessa forma, a criação de sistemas públicos, como educacional, de transportes e comunicação a partir do

⁵² Texto original: Guerilla bands were organized in many parts of the country from Cho'lla in the southwest to Hamgyo'ng in the northeast.

⁵³ Texto original: “South Korean national identity cannot be extricated from its relation to the ubiquity and ordinariness of Japanese antagonism. These discourses, although not quite ‘banal’ (they are far from unconscious), are evident in the established nation-state of South Korea. Beyond common phrases such as ‘my fellow Koreans’ or ‘my fellow citizens’, more overt reminders of Korea’s colonial history solidify national allegiance”.

domínio japonês garante uma narrativa de que eles foram responsáveis por introduzir o nacionalismo na Coreia.

O alistamento compulsório é um grande exemplo de como grandes impérios cooptam os nacionais colonizados e os usa como instrumento para grandes guerras. A historiografia apresentada por Palmer (2013) aponta um número estimado de 360 mil coreanos que serviram junto ao exército e como funcionários civis para os japoneses, além de outros que foram forçados a trabalhar em minas e indústrias para tempos de guerra ao que “no fim da II Guerra Mundial entre quatro e sete milhões de homens, mulheres e estudantes coreanos foram mobilizados para o Império do Japão durante o período da guerra” (PALMER, 2013, p. 3, tradução nossa)⁵⁴.

Yang (1999) contribui para a discussão discorrendo sobre as linhas telefônicas criadas entre o Japão e a Coreia, em 1933, de modo a continuar a campanha modernizante proposta para a colônia. Isso tinha por intenção o fortalecimento dos laços entre a metrópole (Tóquio) e Keijo (atualmente Seul) e, principalmente, retirar o caráter primitivo que a área das comunicações tinha dentro da Coreia. Ainda que seja um tema controverso, já que divide opiniões de historiadores quanto o próprio sucesso da implementação da dominação japonesa – seria apenas mais uma extravagância do governo colonial japonês em relação aos crescimentos econômicos da Coreia.

A educação acaba sendo um dos campos de maior interesse dos japoneses, principalmente relacionado ao grande escopo de medidas repressivas tomadas contra estudantes e escolas, pois era vista como uma grande ameaça (HA, 2012). Dessa maneira, essa área acaba sendo importante tanto para o colonizado quanto para o colonizador.

A dependência de ambos os lados acaba sendo variada, pois o colonizador precisa ensinar o respeito pela sua autoridade, enquanto o colonizado precisaria da educação para que pudesse se tornar bem-sucedido. Mesmo assim, o movimento referente à educação era mais voltado para aqueles que demonstravam algum respeito pela missão colonizadora (HA, 2012).

⁵⁴ Texto original: By the end of World War II, between four and seven million Korean men, women, and students had been mobilized throughout Japan's wartime empire.

Uma pesquisa nos textos do Comissariado Geral do Governo Japonês para o uso nas escolas na Coreia colonial (1910-1945) ilumina uma contradição básica na política colonial japonesa. De um lado, os textos exibem uma assimilação progressiva do impulso para incorporar os coreanos no Império japonês e para inculcar maneiras mais modernas e sensíveis para uma administração efetiva. De outro, as lições dos textos mostram uma sutileza nos temas de diferenciação, da subordinação implícita dos sujeitos coreanos para os senhores japoneses ocidentalizados (YUH, 2010, p.121, tradução nossa)⁵⁵.

Outro aspecto de importância no qual os japoneses intervieram foi a linguagem. A criação do alfabeto coreano, como explicitado, tinha por funcionalidade a adequação e inclusão das classes mais baixas aos assuntos que eram pertinentes ao país. Desse modo, a decisão japonesa de substituir a língua coreana pela japonesa é um demonstrativo importante de que a identificação idiomática é igual importante para que os indivíduos se reconheçam no papel de cidadãos e de pertencimento a uma sociedade.

A obrigatoriedade da língua japonesa pode ser considerada como um caso de imperialismo linguístico, porque a partir disso, a autonomia do indivíduo é retirada em detrimento da absorção da nova linguagem a ser trabalhada – nesse caso, o japonês. Entretanto, a resistência coreana, principalmente em quesitos referentes à linguagem escrita, após as consultas dos japoneses aos acadêmicos da Coreia demonstra a própria resistência à extinção da língua coreana a partir do governo colonial (RHEE, 1992).

Mesmo assim, a afinidade entre os dois idiomas advinha, principalmente, do mesmo ramo: o chinês. Dessa maneira, conhecer os caracteres chineses era sinônimo de ser letrado, pois era considerada um privilégio dos que podiam ter acesso a educação. Ainda assim, gradualmente as políticas imperiais japonesas tinham por objetivo substituir o uso do coreano, sendo reduzido os tempos dos ensinamentos nas escolas, ainda que livros didáticos mantivessem textos em ambas as línguas para os professores. Em 1941, foi abolido nas escolas o ensino

⁵⁵ Texto original: A survey of the textbooks the Japanese Government General commissioned for use in schools in colonial Korea (1910-1945) illuminates a basic contradiction in Japanese colonial policy. On the one hand, the texts exhibit a progressive assimilationist impulse to incorporate Koreans into the Japanese empire, and to inculcate modern ways and sensibilities for administrative efficiency. On the other hand, textbook lessons exhibit a more subtle theme of differentiation, of implicit subordination of Korean subjects to Westernized Japanese overlords.

de coreano e “os coreanos foram forçados a trocar os sobrenomes para sobrenomes japoneses” (RHEE, 1992, p. 91, tradução nossa)⁵⁶.

Não foi apenas a língua japonesa que interferiu na Coreia. A vida cotidiana dos coreanos na Coreia colonial também foi afetada. O governo colonial forçou os coreanos a trocar seus nomes de família para nomes japoneses. Muitos resistiram às políticas de troca de nome, mas mais e mais restrições administrativas forçaram os coreanos a trocarem seus sobrenomes para sobrenomes japoneses. Nomes femininos terminados em “-ko” (pronunciados “ja” em coreano) prevaleceram (RHEE, 1992, p. 96, tradução nossa)⁵⁷.

A aculturação por parte dos japoneses fazia parte de uma campanha de conquista e manutenção de status que pretendia unir o Japão e a Coreia como um só. Dessa maneira, tornar os cidadãos coreanos adeptos à cultura japonesa faria com que esse plano funcionasse de modo a mantê-los sob o jugo japonês, além de continuar garantindo o controle da península. Faria sentindo, então, que a língua coreana fosse substituída a partir de série de reformas que poderiam garantir ao Japão o domínio social em relação aos coreanos.

Assim, a assimilação coreana fazia parte de um plano que dela necessitava para que a administração fosse mais eficiente. Esse caráter assimilador seria importante para garantir que os sujeitos coreanos não se passassem como colonizadores japoneses, mas principalmente como um fomentador de discriminação a partir de gênero, ainda que alguns conselheiros como Hara Soichiro tenha defendido que as reformas pretendidas para ser implementadas na Coreia não aconteceriam sem que as mulheres apoiassem (YOO, 2008).

Por outro lado, historiadores coreanos também atribuem à Coreia um papel civilizador para o Japão, já que é a partir dela que alguns ensinamentos, como o Budismo e filosofias clássicas chinesas que foram assimiladas tempos antes foram repassadas aos japoneses. Dessa maneira, a Coreia aparece com uma imagem benevolente que transformou os bárbaros japoneses, além de se manter firmemente contra as insurgências constantes de nômades e possíveis invasores chineses (SEO, 2021).

⁵⁶ Texto original: Koreans were forced to change their family names to Japanese surnames.

⁵⁷ Texto original: Nor was it only the Japanese language that interfered in Korean. The everyday life of the Koreans in colonial Korea was also affected. The colonial government forced Koreans to change their family names to the Japanese. Many resisted the name-changing policy, but more and more administrative restrictions forced Koreans to change their family names to the Japanese. Female first names ending in '-ko' (pronounced 'ja' in Korean) became prevalent.

Desse modo, as relações Coreia-Japão demonstram constantes acusações um para o outro sobre os papéis desempenhados na Ásia Oriental. A historiografia coreana vê o país como um grande polo cultural e de resistência às ingerências estrangeiras, seja pelo Japão, seja pela China, enquanto transmitia os ensinamentos Confucionistas, nesta imagem de benfeitor. Enquanto a historiografia japonesa coloca-se superior, num sentido de que foi o Japão quem levou cultura, modernização e um legado cultural asiático para o restante do continente.

Mais além, a própria historiografia ocidental mantém o mesmo olhar para a Coreia, considerando-a apenas como uma mera ponte e extensão das políticas sino-japonesas. Dessa forma, as historiografias japonesa e coreana de acordo com Seo (2021, p.10, tradução nossa) “são conflituosas e interdependentes, já que as suas narrativas compartilham elementos factuais”⁵⁸. Assim sendo, as análises não podem ser feitas se desvinculando uma da outra, pois é a partir da complementação delas, partindo do Tratado de Kanghai ao fim da Segunda Guerra Mundial, que a ideia de identidades nacionais fora construída tanto para o Japão quanto para a Coreia.

As relações entre Coreia e Japão são “capilares” (LING, 2016, 163), não meramente porque as duas identidades nacionais são interligadas, mas porque eles co-constituíram suas relações hierárquicas e coloniais que definiram a fundação das identidades nacionais deles. [...] Elas são constantes expressões das duas aparentemente separadas, mas ontologicamente interdependentes identidades nacionais (SEO, 2021, p. 11, tradução nossa)⁵⁹.

Contudo, a assimilação por parte dos coreanos dos ensinamentos japoneses, além da própria continuação de costumes próprios no ambiente internos favoreceram o levante dos coreanos contra os colonizadores. Após a permissão de volta da imprensa coreana, a partir de políticas que beneficiavam uma continuação da cultura pelos governadores gerais japoneses, principalmente as instaurada por Saito Makoto em 1920. É relevante mencionar essa transformação da forma de dominação, pois se instaura o que Kim (2012)

⁵⁸ Texto original: [...] are conflicting but interdependent, as their narratives broadly share factual elements.

⁵⁹ Texto original: The relations between Korea and Japan are ‘capillaric’ (Ling 2016, 163) not merely because their two national identities are intertwined, but because they have co-constituted the hierarchical and colonial relationships that have defined the foundation of their national identities. [...] they are the constant expression of two seemingly separate but ontologically interdependent national identities.

chama de *Bunka Seiji*, ou dominação cultural, que marca o renascimento dos jornais coreanos, além de revistas políticas.

O uso dos jornais contribuiu significativamente para a resistência coreana, pois a partir deles é que críticas aos modelos japoneses começaram a aparecer. Essas críticas diziam respeito às vestimentas japonesas desde a não praticidade dos quimonos até o interesse em transformar as crianças coreanas em culturalmente japonesas e não em ensiná-las (CAPRIO, 2009). Esse movimento perdurou durante os anos de 1920 e 1930 em que a administração Saito foi amplamente criticada.

A administração japonesa como um todo passou a ser criticada pelos coreanos, principalmente porque as políticas de assimilação já não cumpriam com o papel de dominação outrora proposto. Os coreanos, que em muitas historiografias aparecem como submissos, passam cada vez mais a exigir a independência, ainda que haja uma grande resistência sobre a capacidade de manter a soberania que o país enfrentaria caso esta fosse concedida.

É perceptível que os esforços japoneses em cooptação incluíam a retirada da identidade coreana a partir da substituição de cultura, entretanto, as resistências coreanas desempenhavam um papel substancial na propagação dos rituais coreanos. Isso aparece, principalmente, na seara interna em que as famílias mantinham seus costumes em relação à pretensa substituição para os costumes japoneses. Ainda assim, as ideias do pan-asiatismo faziam com que muitos coreanos entendessem a necessidade de se fundir com o Japão, principalmente pós-vitória da guerra Russo-Japonesa (CAPRIO, 1992).

Essa relação entre dominador e dominado permanece na história dos dois países até 1945, quando o Japão se rende na Segunda Guerra Mundial e a Coreia passa a ser protetorado estadunidense ao sul e soviético ao norte. Desse modo, a longa relação entre os dois países divide-se entre o revisionismo histórico coreano e a grande era de reconhecimento do Império do Japão. Esses eventos, culminam na, em 1948, divisão oficial da península coreana e na formação de dois Estados: a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia.

Desta maneira, a formação da Coreia do Sul está pautada na divisão da península coreana a partir das ocupações estadunidenses no território sul da península. Isso justifica os momentos de tensão em que a República da Coreia se vê como a herdeira legítima da dinastia Joseon pré-invasão japonesa e, desse modo, justifica-se como o Estado legítimo. Nesse sentido, o próximo capítulo serve para o estudo da formação de uma sociedade sul-coreana como maneira de compreender os antecedentes imediatos da Guerra da Coreia, do Armistício e, posteriormente, do crescimento da Coreia do Sul.

5. A Guerra da Coreia e a separação da península

Os eventos que se seguem à península pós-derrota do Japão na II Guerra Mundial, foram definidos, principalmente, pela ocupação estadunidense na parte Sul e pela ocupação soviética ao Norte. Esse é um momento crucial para a definição de ambos os países que emergem da diferença histórica da dominação, principalmente porque a instauração de governos alinhados ideologicamente às potências vitoriosas – que embora tenham lutado contra o mesmo inimigo, agora buscavam estabelecer-se como potências únicas – fez com que a sociedade coreana se visse, mais uma vez, dominada por estrangeiros em seu próprio território.

Desta maneira, os embates referentes às transformações sociais perpassam à autonomia da criação da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança desta organização. Como será possível visualizar posteriormente, neste capítulo, as ações referentes à península coreana não respeitaram propriamente as recomendações da ONU e tampouco a existência de uma organização social que é anterior à colonização japonesa e a própria divisão do território coreano. Este capítulo tem como objetivo elucidar, finalmente, as características de formação da República da Coreia, a identidade construída para o país e as relações com a vizinha República Popular Democrática da Coreia.

5.1 O Surgimento da República da Coreia e da República Popular Democrática da Coreia

A derrota do Japão, em 1945, durante a II GM, gerou um vácuo de poder na península coreana (OLIVEIRA, 2021) que foi rapidamente preenchida pela

União Soviética e pelos Estados Unidos de modo a garantir os processos de dominação, na lógica da Guerra Fria, em que ideologicamente traria aliados para o lado que dominasse a península, fosse a partir do Norte ou do Sul em que se delimitou como fronteira o paralelo 38.

Os coreanos, “após 40 anos de ocupação, opressão e dificuldades de sobrevivência, estavam despreparados para o colapso repentino do Japão em 14 de agosto e a confusão e as divisões sociais rapidamente ameaçaram tornar-se em caos” (PRATT, 2007, p. 241, tradução nossa)⁶⁰. Não obstante, a sociedade coreana não possuía um plano político para o momento pós-libertação o que contribuía para esse clima caótico. Desta maneira, coube à sociedade reorganizar-se sob um domínio forçado em que as esferas de poder soviética e estadunidense traçaram uma divisa para que, assim, não invadissem os territórios indevidamente.

Politicamente, a falta de um plano completo também se provou desastroso. A capitulação veio tão de repente, com a intenção de conter o rápido avanço das tropas soviéticas no norte da Coreia que se tornaria uma ocupação nacional, os americanos tiveram que criar uma linha divisória para delimitar as esferas de responsabilidades russa e americana. Como um expediente temporário, precipitadamente concebido em Washington na noite de 14 de agosto e baseado em nada mais do que um mapa da *National Geographic*, eles escolheram o paralelo 38 (PRATT, 2007, p.241, tradução nossa)⁶¹.

Como é de se esperar de dois Estados que buscavam a soberania da península, a administração compartilhada intencionada pela União Soviética e pelos Estados Unidos não funcionou e isso resultou no pedido deste último à ONU para que eleições fossem conduzidas para que decidissem um governante para o território. Entretanto, não foi possível chegar a um consenso o que culmina em dois processos diferentes: a fundação da República da Coreia (Coreia do Sul) em 15 de agosto de 1948 e na fundação da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) em 9 de setembro de 1948 que faz

⁶⁰ Texto original: After 40 years of occupation, oppression and struggle for survival they were unprepared for the sudden Japanese collapse on 14 August, and confusion and social divisions quickly threatened to turn into chaos.

⁶¹ Texto original: Politically, the lack of a ready-made plan also proved disastrous. The capitulation came so suddenly that in order to prevent the rapid deployment of Soviet troops into northern Korea turning into nationwide occupation, the Americans had to come up with a dividing line to delineate Russian and American spheres of responsibility. As a temporary expedient, hastily conceived in Washington during the night of 14 August and based on nothing more than a National Geographic map, they chose the 38th parallel.

surgir, por conseguinte, dois nomes emblemáticos e importantes para a história coreana: Syngman Rhee e Kim Il Sung.

Depois de falhar o intento de negociar uma administração compartilhada com a União Soviética, os Estados Unidos apelaram à recém-formada Nações Unidas (ONU) e, em maio de 1948, este organismo supervisionou a primeira eleição democrática geral da história da Coreia. Essa foi empreendida apenas na zona sul ocupada pelos Estados Unidos. A recém-eleita Assembleia Nacional Coreana nomeou então Syngman Rhee em julho para servir como o primeiro presidente e, em 15 de agosto de 1948, proclamou-se formalmente a fundação da República da Coreia (comumente conhecida como Coreia do Sul). Menos de um mês depois, em 9 de setembro foi criado no norte a rival República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte). Kim Il Sung (Kim Il-sŭng, 1912-1994), que havia regressado após a Segunda Guerra Mundial de seu próprio período de exílio antijaponês foi designado primeiro-ministro (mais tarde presidente) (HOLCOMBRE, 2011, p. 327, tradução nossa).⁶²

As eleições propostas em 1948, entretanto, para decidir quem governaria cada parte do território, após vários anos de guerrilhas, acusações de fraudes e desconfianças entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia, eclodiram em 1949 em conflitos da fronteira e posteriormente culminaram na Guerra da Coreia (GELÉZEAU, 2011). Isso, como é de se esperar, foi fruto de momentos de negociações em que se tentou reunificar o território sob um governo que estivesse submetido a uma das duas ideologias da época.

Meio a levantes populares, os líderes nacionalistas coreanos Syngman Rhee, do território Sul, e Kim Il-Sung, do Norte, propunham um modelo para reunificar a Coreia de maneira que obedecesse, exclusivamente, a um dos dois tipos de sistemas políticos, motivo pelo qual, sem êxito, ambos os governos desistiram da tentativa de convenção e iniciaram reivindicações pela competência sobre a totalidade do território coreano, gerando grande tensão nas áreas de fronteira, na tentativa de conquistar simpatizantes das suas políticas (SENHORAS; FERREIRA, 2013, p. 134).

O contexto da Guerra Fria e a bipolaridade do Sistema internacional gera, como subproduto, a Guerra da Coreia (1950-1953). Motivada, principalmente,

⁶² Texto original: Después de que fallara el intento de negociar una administración compartida con la Unión Soviética, los Estados Unidos apelaron a las recién formadas Naciones Unidas (ONU) y, en mayo de 1948, este organismo supervisó la primera elección democrática general en la historia de Corea. Ésta fue emprendida sólo en la zona sur ocupada por los Estados Unidos. La recién elegida Asamblea Nacional Coreana nombró entonces a Syngman Rhee en julio para servir como el primer presidente y, el 15 de agosto de 1948, se proclamó formalmente la fundación de la República de Corea (comúnmente conocida como Corea del Sur). Menos de un mes después, el 9 de septiembre, se creó en el norte la rival República Popular Democrática de Corea (Corea del Norte). Kim Il Sung (Kim Il-sŭng, 1912-1994), quien había regresado tras la segunda Guerra Mundial de su propio período de exilio antijaponés en la Unión Soviética, fue designado primer ministro (más tarde presidente). Para comienzos de 1949, tanto la Unión Soviética como los Estados Unidos habían retirado sus tropas de Corea y así concluyó la ocupación militar aliada de la posguerra de la península.

na divergência de como a península seria gerida pós influência soviética no Norte e estadunidense no Sul, esta guerra força a população coreana a moldar-se a novas maneiras de dominação o que resulta na procura de uma redefinição do que é identidade e o que é o motivador de interesses por parte dos Estados. Atribuindo-se, aqui, uma questão mais sociológica de como a guerra, a divisão da península e formação de novos conscientes nacionais alteram a lógica por trás das duas sociedades.

Teóricos de regras e estruturacionistas compartilham uma preocupação com a questão “sociológica” básica ignorada pelos racionalistas – a questão da formação de identidade e interesses. A contribuição potencial do construtivismo a um liberalismo forte tem sido turvada, entretanto, por razões de recentes debates epistemológicos entre modernistas e pós-modernistas, nos quais as disciplinas de ciência divergem por não definirem um programa de pesquisa convencional, e esta divergência celebra a sua própria libertação da ciência (WENDT, 1992, p. 424).

A construção de um modelo de identidade se dá pela necessidade de um bem geral que unisse a população concentrada na recém-construída e denominada República da Coreia para alcançar o status de estado-nação e validar a separação, além de oferecer esse conjunto identitário que justificasse a porção sul como a legítima Coreia, reunificando a península sob o mesmo governo de influência capitalista e por conseguinte com o apoio do ocidente. Principalmente, devido aos institutos de pesquisas que constantemente têm feito releituras sobre o processo de colonização da península coreana, objetivando, principalmente, estudar as características e os efeitos para os países resultantes da guerra de 1950.

A academia Nacionalista Coreana, tradicionalmente, tem definido o período colonial como “sociedade colonial, semifeudal com a implicação de que a transformação capitalista se datou do período da pós-libertação (1945)” (Ahn, 1977, p.1981; Shin, 1977). Nos meados dos anos 1980, entretanto, o Instituto de Pesquisa Naksongdae começou um massivo projeto sobre o período colonial (HAGGARD; KANG; MOON, 1997, p. 867-868, tradução nossa)⁶³.

Segundo Wendt, 1992, p. 438, “Isto reflete um segundo princípio do construtivismo: que os sentidos ao redor dos quais a ação é organizada surgem da interação”. Uma vez que o mundo passava pela bipolaridade da Guerra Fria,

⁶³ Texto original: “Nationalist Korean scholarship had traditionally defined the colonial period as a “colonial, semi-feudal society, with the implication that capitalist transformation dated to the postliberation (1945) period (Ahn, 1977, p. 1981; Shin, 1977). In the late 1980s however, the Naksongdae Research Institute began a massive project on the colonial period”.

o governo também tinha que ser capaz de, internamente, lidar com as pressões populacionais e as questões fronteiriças (Coreia do Norte), além de se inserir economicamente no sistema mundial, de modo a tornar-se efetivamente um *player* internacional.

Desse modo, percebe-se que a organização orquestrada pelos governos estava relacionada à percepção do que o vizinho também fazia. Esses elementos interagem para a tomada de decisões internas que vão refletir para as políticas exteriores como forma de demonstrar uma unidade identitária nacional. Isso acontece, pois é vantajoso para o governo que ele se respalde em uma ideia de Estado-nação que obtenha, da população, a aceitação necessária para que sua legitimidade não seja contestada. Portanto, a criação dos dois Estados pode se perceber pautada nesses princípios principalmente pela falta de uma proposta de governo que satisfizesse ambos os territórios.

5.2 Os anos iniciais da República da Coreia

A República da Coreia (Coreia do Sul - Republic of Korea (ROK), 대한민국) foi fundada em 1948 e sua constituição como Estado sofreu uma série de golpes e ditaduras militares nas quais surgiram as divisões de fases de repúblicas, de modo a ter sido estabelecidas seis até a atualidade, a última tendo iniciado em 1987 (HOLCOMBRE, 2011). O primeiro presidente foi Syngman Rhee (이승만), cujo mandato de 1948 a 1960 foi considerado corrupto, marcado pelo autoritarismo e pelo forte sentimento anticomunista.

O desenvolvimento da República da Coreia durante o governo de Rhee foi fortemente comprometido, tendo a Coreia do Sul sido considerada um dos países mais pobres do mundo na década de 1950, começando-o apenas a partir de 1970 com um plano de distribuição de terras engendrado pelos Estados Unidos (HOLCOMBRE, 2011, p. 335). Durante esse período, a vizinha do norte era considerada mais bem sucedida, mesmo que o sistema socialista implantado fosse considerado inferior ao capitalista do sul e do bloco ocidental.

Intencionando uma mudança social para que a República da Coreia se desenvolvesse, o governo implementou uma série de reformas, das quais uma das mais notáveis foi a distribuição de terras. Herdeiros da elite Yangban

possuíam quantidades exorbitantes de propriedades, enquanto outras camadas da sociedade não tinham o mesmo acesso. Desse modo, o governo precisou implementar medidas que contribuíssem para a arrecadação de impostos de maneira mais efetiva do que o que costumava ser. Ainda assim, as reformas acabaram sendo implementadas um tanto quanto tardiamente, após a Guerra da Coreia.

Isso [a distribuição de terras] era discutivelmente necessário porque a capacidade modernizadora e a capacidade de coletar impostos da dinastia Joseon do período pré-moderno tardio havia sido seriamente obstruída pelo domínio daquela elite Yangban burocrática e latifundiária. De acordo com dados coletados durante o período subsequente ao colonialismo japonês, mais de três quartos de todos os agricultores coreanos eram arrendatários que alugavam parcial ou totalmente seus campos. Uma lei pós-colonial de 1949 sobre a distribuição de terras limitou, finalmente, as possessões a três hectares, entretanto, mesmo assim, foi preciso esperar o término da grande interrupção da Guerra da Coreia antes de poder aplicar a reforma por completo (HOLCOMBRE, 2011, p. 355, tradução nossa).⁶⁴

Para que alcançasse essa modernização, o governo optou por avanços significativos na educação, assim, a instrução da população a partir da década de 1950 é vista como uma opção razoável para que se pudesse contornar o problema da pobreza do país e para seu crescimento (MILTONS, 2007, p.23). Os investimentos realizados nos países tiveram uma contribuição gigantesca dos Estados Unidos, tendo sido ele um dos principais responsáveis pela entrada de dinheiro na Coreia do Sul tendo os investimentos, para além disso, um caráter de contenção social.

Para reordenar as atividades produtivas, os Estados Unidos patrocinaram os planos econômicos que procuravam criar as bases para um novo modelo de crescimento, assim como atenuar as tensões sociais que emergiam com o fim do período de colonização japonesa. Foi, assim, realizada uma série de reformas, incluindo, entre 1947-49, uma profunda reforma agrária, que provocou uma mudança radical no regime de posse da terra. Esta reforma, facilitada politicamente pela vinculação da elite latifundiária com os japoneses, foi particularmente importante para atenuar conflitos sociais que durante a colonização centravam-se principalmente na disputa sobre a posse da terra. Por

⁶⁴ Texto original: Esto [a distribuição de terras] era discutiblemente necesario porque la capacidad modernizadora, e incluso la capacidad para recolectar impuestos, de la dinastía Chosŏn del periodo premoderno tardío había sido seriamente obstruida por el dominio de aquella élite Yangban burocrática y terrateniente. De acuerdo con datos recolectados durante el subsecuente periodo de colonialismo japonés, más de tres cuartas partes de todos los agricultores coreanos eran todavía arrendatarios que alquilaban parcial o totalmente sus campos. Una ley poscolonial de 1949 sobre la distribución de la tierra limitó finalmente las posesiones a tres hectáreas pero, incluso entonces, hubo que esperar al término de la gran interrupción de la Guerra de Corea antes de que pudiera aplicarse por completo la reforma.

outro lado, estabeleceu sólidas bases para a distribuição de renda razoavelmente igualitária, que tem caracterizado o desenvolvimento econômico coreano (DALL'ACQUA, 1991, p. 104).

Dessa forma, percebe-se que durante o governo Rhee os investimentos estavam basicamente interligados com a ideia de substituição das atividades realizadas para que ocorresse uma atualização tecnológica na Coreia do Sul, de modo a substituir o modelo agrícola por uma modernização no campo e conseqüentemente a promoção da industrialização do país a partir da renda de entrada externa. A partir da década de 1960, a colonização japonesa influenciou o modelo de reorientação de desenvolvimento coreano, que importou os sucessos de industrialização voltadas para o desenvolvimento interno a partir de negócios externos, ou seja, orientados para a exportação.

A implementação do modelo exportador coreano ocorreu sob regimes políticos autoritários. No início dos anos 60, a transição econômica foi precedida por mudanças que, embora importantes, não alteraram na essência o sistema político. Em 1960, Syngman Rhee, que liderava o regime autoritário, foi forçado a renunciar após uma forte onda de distúrbios políticos provocados por um levante estudantil. Segue-se um novo governo, chefiado por Chang Mon, deposto no início de 1961 por um golpe militar. O novo governo autoritário, liderado pelo General Park Chung Hee, permaneceu no poder até um novo golpe militar em 1979 (DALL'ACQUA, 1991, p. 105).

A partir da década de 1960, o governo do general Park Chung Hee (1963-1979) foi marcado pelo sucesso de seu plano de desenvolvimento para a Coreia do Sul, em que foi utilizada a estratégia de uso de estudantes para que as propostas do governo fossem passadas e tivessem apoio da população. Seu governo também foi marcado pela melhoria de relação com os vizinhos e ainda uma tentativa de reunificação com a Coreia do Norte. Em 1972, Park dissolveu as câmaras e instaurou um golpe militar.

A Terceira República iniciou com a melhoria das relações com o Japão e a continuidade dos fortes laços com os Estados Unidos. A possível eclosão de uma outra guerra fez com que a Coreia do Sul assumisse uma postura mais pró-ativa com relação ao rápido desenvolvimento econômico, pois acreditava-se que essa seria a melhor forma de resistir aos ataques do norte. Nem o norte nem o sul consideravam o outro governo legítimo, de forma que cada um reclamava o direito de governar a península toda (MILTONS, 2007, p. 63).

Ainda que ditatorial, a historiografia tende a considerar a era de Park como um vetor da modernização e do desenvolvimento da República da Coreia (YI, 2006). Politicamente, os sul-coreanos ainda enfrentavam um governo repressor

e autoritário. Ainda assim, ao general, é atribuído um caráter revolucionário que se relaciona com um ato heroico devido às mudanças ocorridas, pois em um espaço de 20 anos, 1959-1979, a Coreia do Sul mudou seu status de país extremamente pobre para um país economicamente estável. Isso, então, pode ser percebido como dois opostos: o governo Park mítico do crescimento e prosperidade sul-coreana e o governo Park histórico em que o autoritarismo e a corrupção fizeram parte da política do país (YI, 2006).

5.3 O imaginário coletivo sul-coreano

Ainda que a colonização japonesa tenha sido um fator crucial para o imaginário dos coreanos, ela não é exclusivamente um ponto em que a sociedade se baseia por completo. Isso se dá pelo fato de que essa existência não está subordinada apenas à própria existência do Japão enquanto dominador, nem com a Coreia do Sul enquanto dominada – criada – e é uma cultura milenarmente transpassada.

Dessa maneira, pensar a construção social não é necessariamente apenas identificar a necessidade de criar-se uma ideologia que sustente a criação de um novo país e torná-lo nação, mas trazer a população para um estado de espírito que seja suficiente em sua identificação como parte integrante de uma determinada sociedade em um território, mas que não é excluída da ligação com o outro, o estrangeiro que nesse caso é representado pelo Japão. Em verdade, o que se denota dessa relação é que as construções das identidades se entrelaçam tanto para o Japão quanto para as Coreias.

Além disso, é importante entender que a emergência de identidades nacionais na Coreia e no Japão durante esse período são processos históricos profundamente interligados, nos quais o “outro” foi incessantemente reproduzido para construir “nossa nação” como uma subjetividade política coerente na era do imperialismo, colonialismo e do capitalismo global. Esse processo, que forçou uma saída radical das histórias pré-modernas, determinou simultaneamente a maneira na qual os dois estados percebem um ao outro. O Japão é visto como um permanente agressor nas narrativas nacionais coreanas, enquanto a Coreia é considerada um vizinho não-civilizado na imaginação do Japão imperial (SEO, 2021, p.7, tradução nossa)⁶⁵.

⁶⁵ Texto original: Therefore, it is important to understand the emergence of national identities in Korea and Japan during this period as a deeply intertwined historical process, in which the ‘other’ was incessantly reproduced to construct ‘our nation’ as a coherent political subjectivity in the age of imperialism, colonialism and global capitalism. This process, which forced a radical departure from premodern histories, has simultaneously determined the way in which the two states

Kim (2017, p. 255, tradução nossa) aborda o termo *Han* (한) como um elemento do que é ser coreano e como isso é intrínseco a esse sentimento de nação, entretanto, “enquanto uma nação não atravessa os mesmos processos psicológicos que um indivíduo, o conceito coreano de han encapsula como o trauma coletivo e as dificuldades individuais podem criar um loop complexo de resposta dentro do imaginário social”⁶⁶.

Isso se liga imediatamente ao passado de dominação sofrido pela Coreia que resultou na Coreia do Sul, mas é importante ressaltar que esse sentimento de nação não acontece ao mesmo nível individual. Assim, o uso do *Han* é uma representação do que é ser coreano, como é ser coreano, mas também é uma herança desse ser, o que historicamente fez com que a Coreia do Sul se tornasse a Coreia do Sul, portanto, é um apanhado histórico do que é essencial para a construção e estabelecimento de uma nação marcada por momentos de dor e felicidade.

Na verdade, Han não apenas se refere a uma consciência de um trauma contínuo com falta de resolução, mas também o seu significado para sua própria resolução. Han tem um lugar muito importante na cultura porque ele foi associado com o que faz das produções culturais coreanas – como artes visuais, músicas folclóricas, cerâmicas tradicionais, literatura, filmes, entre outros – únicas e belamente coreanas. Inúmeros artigos foram escritos sobre como a experiência coreana do han teve uma manifestação peculiar e distinta nas formas culturais (KIM, 2017, p. 256, tradução nossa)⁶⁷.

Em muito, a ideia de construir uma identidade cultural pode ter sido influenciada pela necessidade de se identificar como algo e como alguém. Após anos de colonização e ressignificação cultural, tornar-se-ia importante estabelecer uma nova identidade, já que na contemporaneidade, a península ainda vive as tensões da Guerra da Coreia, mesmo que de forma não tão intensa,

perceive each other. Japan is viewed as a permanent aggressor in Korean national narratives, whereas Korea is considered an uncivilised neighbour in Japanese imperial imaginations.

⁶⁶ Texto original: while a nation does not go through the same psychological processes as an individual, the Korean concept of han encapsulates how collective trauma and individual hardship can create a complex feedback loop within the social imaginary.

⁶⁷ Texto original: In fact, Han not only refers to a consciousness of ongoing trauma and a lack of resolution, but also the means to its own resolution. Han has an important place in culture because it has become associated with what makes Korean cultural productions—such as visual art, folk music, traditional ceramics, literature, and film, among others— uniquely and beautifully Korean. Countless articles have been written about how the Korean experience of han has a peculiar and distinct manifestation in cultural forms.

e houve sua divisão em dois países que são tratados no ocidente e por si próprios como antagônicos.

Essa construção é ligada também ao sentimento de ressentimento pelos atos praticados pelos japoneses durante a ocupação. A negação dos aspectos culturais, da expressão identitária e a repressão sofrida durante o domínio do Império japonês aparecem, por vezes, como ferramentas que legitimam um ressentimento por parte dos coreanos, mas que não os impede de perdoar. Contudo, perdoar não é sinônimo de esquecer para essa sociedade, mesmo com um pedido de desculpas por parte do ex-ministro japonês Kan Naoto. A junção do Han com a lembrança do que foi a dominação fazem parte do que é a essencial do ser-coreano.

Ademais, uma aceitação formal das desculpas do Japão seria cerimonial no melhor dos casos. E vale a pena mencionar que Lee⁶⁸ não desconsideraria publicamente os esforços do Japão em oferecer desculpas se isso não fosse um movimento de seu expediente político. Uma aceitação das desculpas poderia significar estar um passo mais perto do esquecimento coletivo da história traumática, na qual a recusa em aceitar as desculpas se comemora o momento histórico em que o ideal do Estado-nação foi comprometido – para tanto, a recusa produz o consentimento ideológico da unidade coreana. [...] A memória serve para fortificar a identidade nacional coreana consequentemente (LEE, 2013, p.7, tradução nossa).

Um segundo motivo para esse movimento em relação aos dois países são os pedidos para o reconhecimento japonês do que aconteceu, por parte da Coreia do Sul. Lee (2013, p. 8, tradução nossa) continua em seu argumento que “o discurso de Lee [Myung-bak] compele sua audiência a identificar os japoneses como agressores perpétuos enquanto os coreanos são as vítimas perpétuas. Mas Lee também é cuidadoso ao insistir que a Coreia do Sul vai progredir apesar de sua história trágica; os coreanos foram vitimizados pelos japoneses, mas não paralisados”⁶⁹.

Esse pode ser considerado como um ato de resistência, pois pelo uso do discurso, o ex-presidente Lee induz a audiência a superar os traumas do passado, mas não a esquecê-los. A ascensão de Lee Myung-bak ao poder é

⁶⁸ Refere-se ao ex-presidente sul-coreano Lee Myung-bak (이명박, 2008–2013).

⁶⁹ Texto original: Lee [Myung-bak]’s speech compels his audience to identify the Japanese as the perpetual aggressor and the Koreans as the perpetual victim. But Lee is also careful to insist that South Korea will progress despite its tragic history; Koreans have been victimised by the Japanese, yet not paralysed.

marcada, principalmente, por um período de aproximadamente dez anos de política e governo progressivo-liberal (PARK, 2008). É possível perceber que seu discurso é bastante motivado por um movimento constante de culpabilização do Japão, mas que denota a identidade sul-coreano como não desistentes, apesar de todo o processo colonizatório e os traumas históricos. Assim,

Para que o nacionalismo funcione, um povo deve estar totalmente comprometido com um ideal, na medida em que este funcione como uma realidade cotidiana. A insistência ideológica na preservação da memória coletiva do colonialismo japonês é uma reapropriação de um acontecimento histórico traumático para servir uma agenda nacionalista (LEE, 2013, p.11, tradução nossa)⁷⁰.

Dessa maneira, o movimento de identidade sul-coreano é representado pelas artes contemporâneas, seu desenvolvimento econômico social e a sua expressão por intermédio da soberania reconquistada (ou, melhor dizendo, atribuída) para seu território, por meio de uma resistência nacional e de continuidade apesar do passado de hostilidades que muitas vezes é retratada tendo o Japão como um antagonista.

Estes são apenas alguns exemplos de como a identidade nacional sul-coreana é constituída através de discursos ideológicos, dependentes em grande parte da representação do Outro, mesmo que tal representação seja exagerada e independentemente de as representações estarem de acordo com a realidade. O Salão da Independência, então, é apenas um exemplo de um local de nacionalismo na Coreia do Sul, no qual o Estado fornece lembretes constantes do antagonismo entre Japão e Coreia do Sul (LEE, 2013, p.11, tradução nossa)⁷¹.

A construção da identidade coreana, conforme discutido por Seo, (2021, p. 9), foi feita de maneira que “os nacionalistas coreanos⁷² associados ao movimento de independência coreano construíram a identidade nacional coreana moderna em torno do conceito de *minjok*⁷³, que pode ser traduzido tanto

⁷⁰ Texto original: In order for nationalism to function, a people must be fully committed to an ideal to the extent that it operates as an everyday reality. The ideological insistence on retaining the collective memory of Japanese colonialism is a reappropriation of a traumatic historic event in order to serve a nationalistic agenda.

⁷¹ Texto original: These are just some examples of how South Korean national identity is constituted through ideological discourses, dependent largely on the representation of the Other, even if such a representation is exaggerated, and regardless of whether the representations accord with reality. The Independence Hall, then, is but one example of a site of nationalism in South Korea in which the state provides constant reminders of Japanese-South Korean antagonism.

⁷² Embora utilizado o termo “coreano”, diz respeito exclusivamente aos sul-coreanos.

⁷³ O termo *minjok* (Coreano: 민족; Hanja: 民族) signifca, em coreano, “nação”, “people”, “grupo étnico” ou “raça-nação” (LEE, 2021).

como ‘etnia’ como ‘nação’⁷⁴. Dessa forma, a etnicidade importa para o Sul-coreano, pois está, também, interligado com o que ele é, de modo a considerar que a nação e suas características étnicas são como um só. Portanto, sua existência é única tal qual a sua nação o é.

5.4 O impeachment de Park Geun-hye e as implicações para a relação com a República Popular Democrática da Coreia

Park Geun-hye (박근혜) foi a primeira mulher presidente da República da Coreia, entre 2013 e 2017, e filha do ex-presidente Park Chung-hee. Sua política para a RPDC foi baseada, principalmente, em questões voltadas para a reunificação da península, ainda que a postura adotada para as atividades militares tenha sido considerada dura. A política de Park esteve baseada na construção de confiança⁷⁵ (CHEON, 2013).

Esta política não se baseou, apenas, na construção de confiança entre as duas Coreias, mas também foi levada para a China a partir de uma tentativa de reaproximação das duas, em um movimento que parecia prezar a autonomia sul-coreana frente a outros aliados estratégicos – ainda que não se separasse totalmente dos Estados Unidos ou os deixassem em algum plano secundário de importância.

Park buscou promover uma política que se afastava dos seus antecessores, tanto da linha dura de Lee Myungbak quanto a Política Sunshine que Kim Daejung (1998-2003) e Roh Moo-hyun (2003-2008) levaram. Conforme Kim (2012), a política Sunshine (햇볕정책) é denominada oficialmente de “A política de Reconciliação e Cooperação para o Norte (대북화해협력정책)” e tem como objetivo a reaproximação com a RPDC e, também, é um marco fundamental da política externa da República da Coreia para o Norte dos anos 2000.

⁷⁴ Texto original: Korean nationalists associated with the Korean independence movement constructed modern Korean national identity around the concept of *minjok*, which can be translated as both ‘ethnicity’ and ‘nation’.

⁷⁵ Trustpolitik (CHEON, 2013; KANG, 2013).

Ao mencionar que a ex-presidente Park, então, buscou afastar-se dessa política, pode-se definir que suas intenções estavam baseadas na unificação que fosse pautada para a felicidade e o bem-estar das duas populações, mas que as atividades nucleares e bélicas da RPDC não seriam desconsideradas e vistas com cautela. Kang (2013, p. 14, tradução nossa) defende que “lidar com a Coreia do Norte, então, vai requerer mais do que componentes de sanções e potenciais ataques militares”⁷⁶ e desse modo, é perceptível que a idealização da política perpassa alguns pontos principais.

Baseado na confiança das pessoas, a nova administração objetiva realizar sua visão administrativa – felicidade das pessoas e uma nova era de esperança com cinco metas administrativas: 1) economia criativa com ênfase em empregos; 2) trabalho especializado e bem-estar; 3) educação e cultura engenhosas; 4) segurança social e integração; e 5) estabelecimento das fundações para uma era de unificação para a felicidade. Objetiva-se a abrir uma nova era repleta de esperança, na qual cada indivíduo na Coreia do Sul baseada na confiança das pessoas [...] (CHEON, 2013, p. 2, tradução nossa)⁷⁷.

Ainda que a ideia central do governo Park fosse de retomar as negociações de modo calmo, não foram abandonados os preceitos básicos de segurança da República da Coreia, principalmente para questões militares e de reforços para o orçamento em defesa pudesse cobrir algumas áreas mais próximas. Isso em conjunto com a política cujo título traduzido foi: “Criando paz e estabelecendo a fundação para uma Coreia unificada”⁷⁸. Algumas medidas foram pensadas baseadas nessa implementação em que a ajuda humanitária, relações econômicas e a desnuclearização do regime norte-coreano.

O plano envolve três passos que abarcam níveis ascendentes de reciprocidade do Norte. Inicialmente, ajuda humanitária seria oferecida sem nenhuma expectativa de reciprocidade. Se exitosa, o próximo passo envolve expandir as relações econômicas com o Norte sem ligar isso à questão nuclear, e implicaria uma reciprocidade limitada do Norte. No estágio final, seria disponibilizado uma assistência do governo da Coreia do Sul para o Norte, mas apenas se o regime norte-coreano tivesse passos significantes em direção à desnuclearização. Entretanto, o governo Park também se move vagarosamente nas

⁷⁶ Texto original: Dealing with North Korea, then, will most likely require more than the coercive components of sanctions and potential military strikes.

⁷⁷ Texto original: Based on the trust from the people, the new administration aims at realizing its administrative vision—happiness of the people and a new era of hope—with five administrative goals: (1) creative economy with emphasis on jobs, (2) tailored employment and welfare, (3) ingenious education and culture, (4) social safety and integration, and (5) establishment of the foundations of a unification era for happiness. It intends to open a new hopeful era where every individual in South Korea can feel happy based on the trust of the people.

⁷⁸ Em inglês: “Settling Peace and Establishing a Foundation for a Unified Korea”.

interações com a Coreia do Norte (KANG, 2013, p. 15, tradução nossa)⁷⁹.

O ambicioso projeto orquestrado pela Coreia do Sul aparece como um vetor importante da sua demonstração de identidade construído ao criar meios para que a reunificação acontecesse aos seus modos e, principalmente, a partir de um jeito “sul-coreano” de ser, invocando direitos humanos, felicidade e bem-estar social como uma meta a ser desenvolvida como meio para a reunificação.

Ainda que o governo Park não tenha necessariamente focado nesse aspecto, apresentar-se como uma nação benevolente traz para a discussão como a própria República da Coreia enxerga seu papel como um possível líder para a península e, a partir dele, a reunificação acontecendo através da Coreia liberalizada e aberta. Torna-se, portanto, claro que a instauração de um regime de unificação apresenta esse caráter autônomo intencionado para que as relações com o Norte se desenvolvessem aos termos do Sul.

A aproximação com a China também é um aspecto importante de análise pois é justamente ela que torna facilitada a compreensão de uma política de boa-vizinhança, voltada para a confiança entre os possíveis aliados. Isso não significa deixar de lado as alianças antigas, mas criar uma linha que divida bem a ideia de uma Coreia do Sul interessada em criar-se e levantar-se como um polo de liderança para a Ásia, no sentido de uma maior unidade (CHEONG, 2013).

Em 2016, quando o processo de impeachment foi passado e Park Geun-hye foi afastada da presidência, um caos voltado para as atividades militares da RPDC alertou a comunidade internacional, bem como os próprios sul-coreanos, pois o vácuo de poder causado na presidência do país poderia significar uma retomada do conflito armado que havia sido cessado em 1953. Dessa maneira, o governo sul-coreano e seus aliados militares mantinham-se alertas ao menor sinal de investida norte-coreana, o que não aconteceu.

⁷⁹ Texto original: The plan involves three-steps that entail ascending levels of reciprocity from the North. Initially humanitarian aid would be provided without any expectation of reciprocity. If successful, the next step would involve expanding economic relations with the North without linking it to the nuclear issue, and would entail limited reciprocity from the North. At the final stage, large-scale South Korean government assistance would be available to the North, but only if the North Korean regime took significant steps toward denuclearization. However, the Park government is also moving slowly toward interacting with North Korea.

Isso gerou uma grande instabilidade para o território sul, de modo a gerar dúvidas referentes ao futuro da península. Veículos de informação passaram a transmitir as atividades que eram realizadas ao norte, além das atividades promovidas em massa pelos Estados Unidos na porção sul da península, numa tentativa de conter quaisquer avanços que pudessem ser feitos. Entretanto, as eleições conduzidas em março elegeram Moon Jae-in (문재인, 2017-2022) como sucessor do cargo.

Defensor da política Sunshine dos anos 2000, o governo Moon promoveu atividades que bastassem para que as tensões pudessem ser minimizadas a partir de uma aproximação com o Norte, uma vez que “para Moon, estabelecer e sustentar uma reaproximação intercoreana é o centro de uma construção de um novo paradigma nas relações Norte-Sul” (LEE; BOTTO, 2018, p.16, tradução nossa)⁸⁰. Percebe-se que a nova administração considerava a mesma reaproximação como uma máxima para que as Coreias pudessem ser reunificadas.

O governo Moon também estabelecia que a reunificação não seria feita por intermédio de um colapso do governo de Kim Jong-un nem sob uma reunificação sob absorção (LEE; BOTTO, 2018). Isso significa dizer que para Moon, o principal da reunificação estava sob um caráter de paz e amizade recíproca em que a segurança sul-coreana seria garantida e os diálogos com os vizinhos seriam mantidos. Isso difere do governo Park devido às advertências do governo anterior de que a confiança e a paz seriam buscados, mas que a República da Coreia não seria ameaçada ou provocada sem uma resposta (KANG, 2013).

Durante a administração Moon, um evento histórico pode ser evidenciado como uma tentativa dessa reaproximação. Lee e Botto (2018, p. 19, tradução nossa) discutem que “Kim Jong-un tornou-se o primeiro líder da Coreia do Norte a pisar além da linha de concreto que corta a península coreana no 38° paralelo

⁸⁰ Texto original: For Moon, establishing and sustaining inter-Korean rapprochement lies at the heart of constructing a new paradigm in South-North relations.

e a fazer uma visita oficial à Coreia do Sul durante a primeira cúpula intercoreana em abril”⁸¹.

É imprescindível ressaltar que a ideia sul-coreano de reunificação é pautada em aspectos muito importantes que tangem seu próprio processo de criação. O viés construtivista que pauta a criação da identidade a partir dos jogos e níveis de interesses dos Estados pode ser entendido aqui como uma extensão territorial, ao ter a península unificada, e um claro aumento de população. Isso, ligado aos termos de uma Coreia do Sul liberal, apresenta coeficientes populacionais maiores para o mercado de trabalho e que garantam a continuidade do Estado a partir de sua identificação como Coreia.

Além disso, as políticas tendem a mudar conforme os governos mudam, o que traz um viés de políticas de Governo e não de Estado, como é de se esperar. O processo enfrentado pela República da Coreia foi, evidentemente, de fortalecimento e construção da imagem de uma nação próspera e receptiva nos governos que representavam esforços para a reunificação e uma imagem mais ativa e forte, nos governos que a intenção era de repressão às atividades da República Popular da Coreia.

É perceptível que a história da Coreia moldou a maneira com que a população foi se identificando e aglutinando ou perdendo aspectos quando não foi conveniente. Isso foi alinhado a aspectos políticos quando a península foi dividida e as influências externas foram sendo adaptadas para cada realidade, portanto, criar a Coreia do Sul também se baseou em liderar esforços para uma unificação, para seu fortalecimento e, igualmente, para a vivência exata do que ser sul-coreano significa. Esse significado, então, relaciona-se com o que os nacionais se identificam e atribuem a si o ideal sul-coreano de vivências e histórias.

⁸¹ Texto original: Kim Jong Un became the first North Korean leader to step over the concrete line that cuts across the Korean Peninsula on the 38th parallel and to make an official visit to South Korea during the first inter-Korean summit in April.

6. Considerações finais

A história da Coreia é complexa e longa, perpassando por diversos fatos históricos que vão alterando a percepção dos indivíduos coreanos de sua inserção na região em que se localizam geopoliticamente. A península Coreana foi utilizada pelas potências vizinhas conforme os interesses político-econômicos que os países tiveram. Ao longo desse trabalho, a união entre elementos conceituais teóricos e práticos do estudo sul-coreano são estabelecidos de modo a interligar sua construção de nação e de sociedade.

A partir do primeiro objetivo específico que visou estudar o processo de construção da teoria construtivista e aplicá-la ao tema proposto. Percebe-se que os objetivos construtivistas são ligados a contextualização dos processos e não na explicação propriamente dita, visto que a prática é dada a partir de pressupostos teóricos que ligam a existência de um indivíduo, de seu histórico e do contexto em que as relações acontecem por via de Estados-Estados, Estado-sociedade e Estados-organizações. Esses elementos, portanto, são característicos de uma análise não-explicativa, mas complementar do que se tem como resposta de um sistema anárquico por natureza, mas não independente.

Isso se liga ao segundo objetivo retratado no segundo capítulo deste trabalho, que é a construção histórica da Coreia, desde a antiguidade até o século XX, com a invasão japonesa. O povo coreano, então, teve uma influência direta da China antiga e de suas dinastias tanto históricas, quanto cultural e religiosa, social e economicamente. Isso quer dizer que as regiões administrativas sofriam maior ou menor influência de acordo com sua proximidade geográfica, além da própria ambientação do Estado, ou seja, se ele era mais aberto ou não ao contato externo.

Foi se transformando ao longo do tempo, conforme o próprio sistema se desenvolvia e se tornava mais complexo conforme as sociedades foram sofrendo mudanças tecnológicas e expandindo seus territórios a partir de acordos e da beligerância. A identidade coreana nesse período é marcada por uma essência voltada para misticismos e uma sociedade ainda dividida em pequenos reinos por toda a península que apresentavam características similares e distintas entre si através de administrações que foram sendo próprias,

mas que findaram respeitando um governo central próximo ao período da primeira unificação da península.

O terceiro objetivo marca a invasão japonesa e como a sociedade coreana passou da independência para uma condição similar à de vassalos. Isso é um marco importante para a história coreana, pois é possível perceber que as resistências marcaram um forte sentimento de identidade nacional que percorriam tanto o território norte, quanto o sul – que ainda eram unificados sob a ocupação japonesa. Esse é um grande aspecto de contenção de mudanças ainda que a administração japonesa tenha tentado retirar traços essenciais do convívio – como a linguagem.

O período de ocupação japonesa é um dos momentos em que a identidade sul-coreana pode ser percebida como um dos mais marcantes e, conseqüentemente, mais estáveis pois seu fortalecimento acontecia nas casas e no convívio familiar que promovia a prolongação dos costumes mesmo que publicamente eles tenham sido proibidos e substituídos por tradições japonesas. O Confucionismo estabelece ainda um papel ainda mais incisivo em como a herança chinesa foi transformada pela população coreana e transformou-se num grande centro e representantes da herança confucionista na Ásia, utilizando-o como um elemento de resistência e propagador da ideia da nação coreana.

O último objetivo estudado diz respeito à análise do surgimento e da criação da identidade sul-coreana a partir do estabelecimento da República da Coreia em 1948. Este capítulo estuda os elementos de um mundo dividido pela bipolaridade do sistema internacional em que as esferas de influência soviéticas e estadunidenses buscavam atribuir-se vencedoras a partir do maior número de países que reconheciam suas ideologias como ideais e as seguiam – ainda que a ideia de liberdade de escolha seja questionável.

Isso é perceptível com a eclosão da Guerra da Coreia que marca um dos episódios mais violentos da história da península, na qual a União Soviética e os Estados Unidos em busca de consolidar-se vencedores, tiveram na Coreia, um dos palcos de suas batalhas. Durante o prolongamento da guerra, as resistências buscavam tanto encerrá-la quanto manter-se de um lado, enquanto

o fim da guerra ainda parecia ser a melhor solução. Ainda assim, como percebido, os danos maiores continuavam sendo atribuídos à península.

A partir de um movimento de reconstrução – que pautou o cessar-fogo pelos prejuízos econômicos às potências envolvidas – a península coreana foi dividida em dois países que precisaram aprender a se desenvolver e se autogovernar após anos de dominação que durou de 1910 a 1948 e partiu para uma guerra. Como era de se esperar, os governos ditatoriais que se instauraram em ambos os territórios lidaram com as pressões de se manter estáveis diante de um cenário internacional que ia se modificando conforme as tensões entre URSS e EUA se intensificavam ou amenizavam.

Para a República da Coreia, foco deste trabalho, o aspecto mítico dos governos ainda é estabelecido como um foco primário para o reconhecimento de líderes que são considerados como fundadores e grandes libertadores da nação. A imagem de Park Chung-hee é ainda mais emblemática, pois mesmo a partir de um golpe de Estado e as políticas contrárias ao Norte, ainda assim é considerado um dos grandes maiores líderes da Coreia do Sul. Por esse motivo, a análise do governo de Park Geun-hye foi escolhida como premissa final, pois como filha do ex-presidente, algumas expectativas certamente pesaram sobre a ex-governante afastada por impeachment relacionadas à relatos de corrupção no governo.

Ao longo dos anos, o desenvolvimento industrial sul-coreano foi sendo incentivado a partir de políticas voltadas para a educação e o aprimoramento técnico da população. Porém, deve-se observar com as ressalvas pertinentes que este desenvolvimento não aconteceu por uma benevolência do governo sul-coreano apenas por sua existência. A população de classes marginalizadas manteve-se escanteada, uma vez que a relação trabalhista exigia certo grau de comprometimento – em escalas de trabalhos absurdas – que estavam sendo desenvolvidas pelo bem-estar da nação.

O bem-estar da nação é um outro ponto que se torna importante devido às características de criação da identidade cultural sul-coreana que transformou o indivíduo em coletivo. Isso quer dizer que a manutenção do Estado era tão importante quanto a manutenção do indivíduo e, portanto, sua identidade era a

mesma da nação. O coletivismo apresentado, então, se baseia principalmente pelo imaginário da população em resgatar os momentos grandiosos como uma maneira de continuar gerindo um Estado plenamente capaz de reconhecer-se como autônomo, soberano e que se responsabilizaria pela reunificação a partir de traços de esperança, amizade, confiança e paz.

A identidade sul-coreana pode ser compreendida como uma junção de elementos físicos, sociais, econômicos, políticos e religiosos que se mesclam para formar um indivíduo plenamente capaz de se reconhecer e defender uma identidade criada a partir de elementos anteriores a sua existência. Isso quer dizer que, embora a identidade sul-coreana tenha sido criada para fortalecer o Estado, os elementos pré-existentes, advindos da Coreia unificada e que passou pela colonização japonesa não foram desconsiderados para que a República da Coreia se estabelecesse como uma nação soberana.

Além disso, contribuiu para que essa cultura fosse levada para os outros países através de elementos da cultura *pop* que atraem os olhares estrangeiros para a Coreia do Sul como um polo desenvolvido e completamente tecnológico. Dessa maneira, a difusão desta cultura pode ser percebida, também, como um elemento que pautou sua existência e justifique sua manutenção como um ideal criado, lançado e resistente que, cada vez mais, conquista pessoas que defendam a existência deste Estado e de seus princípios como únicos. Portanto, pensar na identidade sul-coreana é observar os séculos de transformação que o território da península passou ao longo de sua existência e como sua interação com agentes externos transformou a percepção de si mesmo como um elemento fundamental de existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 201-246, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wtb8YfCjS5T3NsL4ZXtHnRR/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A cooperação para a segurança no contexto das Relações Internacionais do realismo ao construtivismo. **Sociedade de Geografia de Lisboa-Comissão de Relações Internacionais**, p. 1-34, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6264>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BERG, Tiago José. A construção simbólica do espaço através da representação geográfica nos símbolos nacionais. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b9ccee6-0657-4ffe-a6ae-8a1d37db30ee>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BEST, Jonathan W. **A History of the Early Korean Kingdom of Paekche, together with an annotated translation of The Paekche Annals of the Samguk sagi**. Harvard University Asia Center Publications Program, 2006.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Para além da “identidade”. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 45, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42005>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. Uma perspectiva metodológica: diálogos entre o Construtivismo e a História dos Conceitos. **Faces de Clio**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 393–418, 2023. DOI: 10.34019/2359-4489.2023.v9.40550. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/facesdeclio/article/view/40550>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CAPRIO, Mark E. **Japanese assimilation policies in colonial Korea, 1910-1945**. University of Washington Press, 2011.

CARVALHO, Felipe Rocha de. **Da estratégia total à New South Africa: uma análise construtivista sobre a política externa sul-africana (1984-1999)**. Santana do Livramento: Unipampa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/735>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CASTRO, Márcia Marques Marinho. Cultura, identidade e o debate relativismo cultural X direitos humanos nas relações internacionais: perspectivas dialógicas

após a conferência de Viena de 1993. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 1, n. 2, p. 19-46, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/download/18999/13821>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CHEON, Seongwhun. Trust–The Underlying Philosophy of the Park Geun-Hye Administration. **Diunduh di**. v. 21, 2013. Disponível em: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/130506_Trust_President_Park.pdf tanggal, Acesso em: 20 out. 2023.

DALL'ACQUA, Fernando. Crescimento e estabilização na Coréia do Sul, 1950-86. **Revista Brasileira de Economia**, v. 45, n. 1, p. 103-125, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/512/7643>. Acesso em: 19 out. 2023

DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. **A política externa de Shinzō Abe (2012-2019) e o novo caminho japonês**. 133 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019. Disponível em: <<https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/7612>>. Acesso em: 18 set. 2023.

DRUMMOND, Ana Luiza Moreira Mineiro. Identidade, interesses e cumprimento: uma leitura construtivista da resposta dos Estados às normas internacionais. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 10, n. 2, p. 498-519, 2021. Disponível em: <https://revista-teste.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/10240>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GELÉZEAU, Valérie. **The Inter-Korean Border Region–‘Meta-border’of the Cold War and Metamorphic Frontier of the Peninsula**. In: WASTL-WALTER, Doris. *The Routledge Research Companion to Border Studies*. Routledge, 2016. p. 347-370. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=6gsm72h9u_IC&oi=fnd&pg=PA325&dq=The+inter-Korean+border+region+-+%27metaborder%27+of+the+Cold+War+and+metamorphic+frontier+of+the+peninsula&ots=vKpjKzwcHj&sig=iMOaTNGOsDexd8YLqJjN3d6CbQ#v=onepage&q=The%20inter-Korean%20border%20region%20-%20'metaborder'%20of%20the%20Cold%20War%20and%20metamorphic%20frontier%20of%20the%20peninsula&f=false. Acesso em: 13 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUZZINI, S.; URT, J. N. Uma reconstrução do construtivismo nas Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 376–429, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3109>. Acesso em: 21 ago. 2023.

HA, Yong Chool. **Colonial Rule and Social Change in Korea**: The paradox of colonial control. In: LEE, Hong Yung; HA, Yong-Chool; SORENSEN, Clark W. (Ed.). *Colonial rule and social change in Korea, 1910-1945*. University of Washington Press, 2013. Disponível em: <https://libgen.li/ads.php?md5=795DB3D31C8379EA46C8AE646E026B29>. Acesso em: 25 set. 2023.

HAGGARD, Stephan; KANG, David; MOON, Chung-In. Japanese colonialism and Korean development: A critique. **World Development**, v. 25, n. 6, p. 867-881, 1997. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X97000120>. Acesso em: 20 out. 2023.

HOLCOMBRE, Charles. **Uma História de Asia Oriental**, Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2016.

HULBERT, Homer B. **The History of Korea**. e-artnow, 2020. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=vhFiEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=The+history+of+Korea+Homer+hulber&ots=Au6nRDINoS&sig=3c92H6Hed0WM6ZqIQjULuUE6cOY>. Acesso em: 06 jun. 2023.

HWANG, Kyung Moon. **A history of Korea**. Bloomsbury Publishing, 2021.

KANG, David C. The North Korean Issue, Park Geun-hye's Presidency, and the Possibility of Trust-building on the Korean Peninsula. **International Journal of Korean Unification Studies**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://repo.kinu.or.kr/bitstream/2015.oak/2307/1/0001469272.pdf#page=7>. Acesso em: 19 out. 2023.

KANG, Jin-Yeon. The Dynamics of Nation, State and People: Japanese Colonialism and Nationalist Discourses in Korea. **Interventions**, v. 18, n. 3, p. 379-403, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369801X.2015.1079498>. Acesso em: 18 out. 2023.

KAZUHIKO, Kimijima; HIROMITSU, Inokuchi. The Japan-South Korea joint study group on history textbooks and the continuing legacy of Japanese colonialism. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, v. 30, n. 2, p. 47-52, 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14672715.1998.10411043?needAccess=true&role=button>. Acesso em: 18 jan. 2023.

KIM, Djun Kil. **The history of Korea**. Bloomsbury Publishing USA, 2014.

KIM, Yong-Jick. **Politics of Communication and the Colonial Public Sphere in 1920s Korea**. In: LEE, Hong Yung; HA, Yong-Chool; SORENSEN, Clark W. (Ed.). *Colonial rule and social change in Korea, 1910-1945*. University of Washington Press, 2013. Disponível em: <https://libgen.li/ads.php?md5=795DB3D31C8379EA46C8AE646E026B29>. Acesso em: 25 set. 2023.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (Ed.). *International relations in a constructed world*. ME Sharpe, 1998. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ccU-FAKLppAC&oi=fnd&pg=PR9&dq=+International+relations+in+a+constructed+world&ots=8g1Pb1Zh4 &sig=nvCo8In2zaQk-IWZXQ4cqLZq840>. Acesso em: 25 ago. 2023.

LEDYARD, Gari Keith. **The Korean language reform of 1446: The origin, background, and early history of the Korean alphabet.** University of California, Berkeley, 1966. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/d45e76a018dfd7a053320f971bc9fce5/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>. Acesso em: 13 out. 2023.

LEE, Chung Min; BOTTO, Kathryn. President Moon Jae-in and the politics of inter-Korean détente. *Korean Strategic Review*, **Carnegie Endowment for International Peace**. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2018/11/16/president-moon-jae-in-and-politics-of-inter-korean-d-tente-pub-77730>(17 July 2020, date last accessed), 2018. Acesso em: 20 out. 2023.

LEE, Hana. Division and Differentiation of the Concept of Minjok culture. **Global NK Zoom & Connect**. 2021. Disponível em: <https://www.globalnk.org/upload/commentary/eba150b28f8c036afab94ce8408991b7.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

LEE, Hong Yung; HA, Yong-Chool; SORENSEN, Clark W. (Ed.). **Colonial rule and social change in Korea, 1910-1945.** University of Washington Press, 2013. Disponível em: <https://libgen.li/ads.php?md5=795DB3D31C8379EA46C8AE646E026B29>. Acesso em: 20 set. 2023.

LEE, Jerry Won. Legacies of Japanese colonialism in the rhetorical constitution of South Korean national identity. **National Identities**. Vol. 16, No. 1, 1–13. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/26657619/Legacies_of_Japanese_colonialism_in_the_rhetorical_constitution_of_South_Korean_national_identity>. Acesso em: 08 out. 2023.

LOURETE, Acácio de Alvarenga. Regimes, governança e normas: Perspectivas construtivistas em Relações Internacionais. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 1, n. 2, p. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228832105.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MACEDO, Emiliano Unzer. O IMPERIALISMO JAPONÊS NA ÁSIA: DA ERA MEIJI À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. **Mais Orientes**, p. 71, 2017. <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iFg6DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA71&dq=imperialismo+japon%C3%AAs&ots=aLNIXKV6ON&sig=luRhzyhH2SSr2DloO3zVLtCxj8#v=onepage&q=imperialismo%20japon%C3%AAs&f=true>. Acesso em: 20 set. 2023.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

MILTONS, Michelle Merética. **Educação e crescimento econômico na Coréia do Sul após 1945.** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de

Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3435>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MITCHELL, Richard H. **The Korean Minority in Japan**. Univ of California Press, 1967. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=k7tUMgtKIBEC&oi=fnd&pg=PA1&dq=korean+language+independence+japan&ots=NX-ykRZnJW&sig=fECRn8PKn3o18gHiWCwDVjQcl#v=onepage&q=korean%20language%20independence%20japan&f=false>>. Acesso em: 01 out. 2022.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. RODRIGUES, Cristina Carneiro. LUCA, Tania Regina de. GUIMARÃES, Valéria. orgs. **Identidades brasileiras: composições e recomposições [online]**. São Paulo: Editora UNESP, p. 7-29, 2014. Disponível em: <https://backoffice.books.scielo.org/id/h5jt2/pdf/rodrigues-9788579835155-03.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Gabriella Carvalho de. **O expansionismo japonês: do isolamento a potência (1854 –1912)**. 2018. 50 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21699>. Acesso em: 19 set. 2023.

OLIVEIRA, Matheus Bittencourt de. **O projeto imperialista japonês no século XX**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/27897/1/O%20Projeto%20Imperialista%20Japon%20no%20S%20a%20culo%20XX%20-%20Matheus%20Bittencourt.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

OLIVEIRA, Paulo Cesar Rebello de. **O processo de transição hegemônica no Extremo Oriente: as percepções americanas sobre os eventos na Península Coreana (1945-1950)**. 2020. 96 f., il. Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42051>. Acesso em: 13 out. 2023.

PARK, Jong-Chul. Lee Myung-Bak Administration's North Korea Policy: Challenges and Tasks. **The Journal of East Asian Affairs**, p. 39-61, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23257896>. Acesso em: 20 out. 2023.

PRATT, Keith. **Everlasting flower: A history of Korea**. Reaktion Books, 2007.

REIS, Laís Campos. **A hegemonia do "outro", ocidente e imperialismo: a mudança de identidade japonesa na Era Meiji (1868-1912)**. 2015. 62 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8594>. Acesso em: 20 set. 2023.

REPÚBLICA DA COREIA. Ministério da Cultura, Esportes e Turismo. **Transition to a Democracy and Transformation into an Economic Powerhouse**. In: Korea Net. Disponível em: <https://www.korea.net/AboutKorea/History/Transition-Democracy-Transformation-Economic-Powerhouse#none>. Acesso em 17 de set. 2023

RHEE, M. J. Language planning in Korea under the Japanese colonial administration, 1910–1945. **Language, Culture and Curriculum**, 5(2), 87–97. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07908319209525118>. Acesso em: 01 out. 2023.

RODRIGUES, Bárbara Santolin; DE SOUZA, Vinícius Cássio Ferreira. Construtivismo e Feminismo no Direito Internacional: Uma contribuição necessária das teorias das Relações Internacionais. **Revista Fronteiras Interdisciplinares do Direito**, v. 2, n. 1, p. 110-132, 2020. <https://revistas.pucsp.br/index.php/fid/article/view/110/pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SCHNEIDER, Jens. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. **Mana**, v. 10, p. 97-129, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NhCVkJDhQd3YHvPFJsGrLyh/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SENHORAS, Elói; DE OLIVEIRA FERREIRA, Rita de Cássia. A Guerra da Coreia vista após sessenta anos de Armistício (1953-2013). **Conjuntura Global**, v. 2, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34618>. Acesso em: 03 out. 2023.

SEO, Jungmin. Diagnosing Korea–Japan relations through thick description: Revisiting the national identity formation process. **Third World Quarterly**, p. 1-16, 2021. Disponível em: [tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2021.1937098](https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1937098). Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Altino Silveira. **O imperialismo Japonês**. ANAIS DO VIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - Espírito Santo. História Política em debate: linguagens, conceitos, ideologias. 2010. Disponível em: <https://doceru.com/doc/cxv1xs1>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, E. M. de. Justiça de Transição na Teoria das Relações Internacionais: Realismo, Construtivismo e as possibilidades de um engajamento crítico. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 91–119, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3343>. Acesso em: 24 ago. 2023.

TAVARES, Thomas. O Mundo feito por nossas ideias: O Construtivismo Social como teoria de Relações Internacionais. **Revista de Relações Exteriores** (online). 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/tavares-construtivismo-social/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

TEIXEIRA, Francieli Alves et al. **Coreia do Sul**: a Criação do Hangul como Objeto Cultural e de Organização Socioespacial. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6743>. Acesso em: 01 out. 2023.

URAMOTO, Eric; MARIUTTI, Eduardo B. O imperialismo japonês nas primeiras décadas do século XX: suas especificidades políticas e econômicas. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, n. 26, 2018. Disponível

em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=516450>. Acesso em: 19 set. 2023.

WENDT, Alexander; A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. ESTRADA, Rodrigo Duque (trad.). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 3, p. 420-473, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/download/2188/1525/8052>. Acesso em: 04 out. 2023.

XU, Stella. **Reconstructing Ancient Korean History: The Formation of Korean-ness in the Shadow of History**. Lexington Books, 2016.

YANG, Daqing. **Colonial Korea in Japan's Imperial Telecommunications Network**. In: Colonial Modernity in Korea. Harvard University Asia Center, 1999. p. 161-188. Disponível em: <https://brill.com/display/book/edcoll/9781684173334/BP000008.xml>. Acesso em: 19 set. 2023.

YANG, Key P.; HENDERSON, Gregory. An outline history of Korean Confucianism: Part I: The early period and Yi factionalism. **The Journal of Asian Studies**, v. 18, n. 1, p. 81-101, 1958. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-asian-studies/article/abs/an-outline-history-of-korean-confucianism-part-i-the-early-period-and-yi-factionalism/2D0D571232766187227014741308FAFB>. Acesso em: 13 out. 2023.

YI, Pyŏng-ch'ŏn (Ed.). **Developmental dictatorship and the Park Chung-Hee Era: The shaping of modernity in the Republic of Korea**. Homa & Sekey Books, 2006.

YUH, Leighanne. Contradictions in Korean colonial education. **International Journal of Korean History**, v. 15, p. 121-149, 2010. Disponível em: <https://ijkh.khistory.org/journal/view.php?number=386>. Acesso em: 12 out. 2023.